J. A. PIRES DE LIMA

Mouros, Judeus e Negros na História de PORTUGAL

1940 – LIVRARIA CIVILIZAÇÃO – PÔRTO

Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal

Do mesmo autor:

As anomalias dos membros nos Portugueses – 1 vol. de 180 págs. com 85 fig. – Pôrto, 1927.

Fora da Aula *(colecção de artigos de vulgarização científica)* – 1 vol. de 334 págs. – Pôrto, 1929.

Vícios de conformação do sistema uro-genital – 1 vol. de 212 págs. com 115 fig. – Pôrto, 1930.

D. Afonso *VI (a sua doença e a anulação do seu matrimónio)* – 1 vol. de 74 págs., profusamente ilustrado (de colaboração com A. A. Pires de Lima) – Pôrto, 1937.

Ares do Campo *(Impressões do Minho)*–1 vol. de 149 págs.–Barcelos, 1937.

Memórias – 1 vol. de 136 págs. – Pôrto, 1938.

Os povos do Império português (*Estudos antropológicos)* – 1 vol. de 208 págs. – Pôrto, 1938.

Tradições populares de Entre-Douro-e-Minho (de colaboração com F. C. Pires de Lima – 1 vol. de 236 págs. – Barcelos, 1938.

DEP. LEG.

J. A. PIRES DE LIMA
Director do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina do Pôrto
Sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal

R. 141479

BN
EFG0000169753

1940
LIVRARIA CIVILIZAÇÃO — EDITORA
Rua do Almada, 107 — PÔRTO

1940

Comp. e Imp. na Tipografia e Encadernação
DOMINGOS DE OLIVEIRA
Campo dos Mártires da Pátria, 144-A – PÔRTO

À memória dos Professores

Augusto Brandão
e
Sousa Júnior,

cuja amizade tão benèvolamente
influiu na sua carreira,

O. D. C.

O Autor
J. A. Pires de Lima

Prefácio

Em princípios de 1939, no seio da Comissão Organizadora do Congresso Nacional de Ciências da População, tive a honra de propor que um dos temas a versar na 3.ª Secção fôsse: «Influência dos Mouros, Judeus e Negros na Etnografia Portuguesa».

Logo me encarreguei de o estudar e, durante um ano inteiro de investigação bibliográfica, foi tal a abundância do material colhido, que me convenci depressa da impossibilidade de restringir às trinta páginas regulamentares assunto de tal magnitude.

Resolvi, pois, fazer ao Congresso uma breve comunicação, em que o tema fôsse tratado em síntese e, ao mesmo tempo, redigir êste volume, aproveitando todos os dados colhidos.

É esta a minha humilde colaboração nas festas comemorativas do VIII Centenário do nascimento do Reino de Portugal.

Mouros, Judeus e Negros

I

MOUROS, JUDEUS e NEGROS

Questão sujeita a intermináveis controvérsias é o problema das origens étnicas do Povo Português. Desde os obscuros tempos da pre- e da proto-história, muitas raças e tribos habitaram êste recanto da Península, procurando destruir-se umas às outras e fundindo o seu sangue em contínuas mestiçagens.

Antes do raiar do Cristianismo, quem possuía as nossas terras eram os Celtiberos, povo rude, mas de carácter altivo e independente, cujas virtudes se encarnaram na figura heróica de Viriato.

Vieram depois os nobres Romanos, que nos ditaram as leis e nos trouxeram a língua e a religião. Tão intensa foi a influência romana que, a-pesar-da vinda dos chamados Bárbaros do Norte e dos Árabes, quási dois mil anos depois da conquista, ainda impera aqui o Direito romano, ainda professamos a doce Religião de Cristo, ainda falamos a língua que, «com pouca corrupção, crê que é latina».

Das múltiplas e desvairadas tribos que entraram na constituïção do Povo Português, há três grupos étnicos que são fundamentais: o lusitano, o romano e o germánico.

Tôdas as outras foram secundárias, e fàcilmente se amalgamaram na massa indígena.

Neste estudo vou ocupar-me das revivescências no nosso meio de três povos intrusos e da maneira como o nosso povo, nas suas tradições, encara a convivência com êles.

Vejamos como os Mouros, os Judeus e os Negros vieram até nós e que vestígios deixaram na etnografia portuguesa. Os Portugueses primitivos consideraram elementos estranhos os Semitas (Árabes e Judeus), os Negros e outros povos que se misturaram à nossa população.

Neste ensaio, veremos como êles chegaram à Península e como as tradições populares portuguesas a êles se referem.

Desde já informarei que o nosso povo vê sempre de soslaio os elementos estranhos, desconfiando dos Mouros, odiando os Judeus, a cuja raça não perdoa a Paixão de Cristo nem a exploração usurária, e mostrando às vezes certa simpatia pelos Negros, a-pesar-da sua maior inferioridade étnica. Êles são os eternos explorados, e a piedade do nosso povo lamenta-os nos seus ditados e nas suas redondilhas.

«Deus te livre do Mouro e do Judeu, e do homem de Viseu» — diz um conhecido rifão, que, às vezes, é ampliado. Afirma, judiciòsamente, Leite de Vasconcelos, que a verdadeira antipatia popular vai sòmente para as raças exóticas: *o homem de Viseu* entra ali, apenas, por influência da rima.

Como vestígios da escravatura, temos os ditos: «trabalhar como um Negro», «trabalhar como um Mouro.»

Na antroponímia portuguesa figuram outros nomes próprios relacionados com a invasão árabe; tais são os apelidos — Mouro, Moura, Mourão, Mourato, Morato. Das lutas da reconquista, ficou o seguinte estribilho:

— «Atirou-se como S. Tiago aos Mouros».

E do tempo dos corsários argelinos deve datar o seguinte dizer cauteloso: «Anda Mouro na costa...»

O ódio aos Judeus manifesta-se constantemente:

«Fazer uma judiaria» é praticar uma violência injusta. Quando somos açoitados por um vendaval, é costume dizer-se: «Parece que morreu algum judeu». E quando alguém calca um pé inadvertidamente, o ofendido replica: «O de baixo é meu; o de cima é de algum judeu...»

Pelo Natal, quando os rapazes cantam os «Reis» pelas aldeias do Minho, não recebendo

qualquer donativo, desafrontam-se desta maneira: «Esta casa cheira a breu; mora aqui algum judeu!»

Contra os Negros não existe a menor antipatia: «Trabalhar como um Negro» é sinónimo de empregar uma esforçada actividade, de sol a sol, sem remuneração condigna. As crianças, procurando ofender os seus companheiros, chamam-lhes, às vezes, sem acrimónia, — «Prêto, Mulato, Cabeça-de-Gato!»

Mas, quási sempre, os Negros são tratados carinhòsamente. O povo designa-os, quási, sempre, no diminutivo:

«Vi um pretinho».

Como sucede com os Mouros, fomos buscar alguns apelidos à raça negra; há famílias, às vezes da aristocracia, que usam os nomes: Prêto, Negro, Negrão, Negreiros.

Neste capítulo ocupar-me-ei sumàriamente da maneira como os Árabes, os Judeus e os Negros apareceram em Portugal, da forma como foram recebidos e das tradições que deixaram no nosso povo.

Nos capítulos seguintes, estudarei mais minuciòsamente a influência daqueles povos em cada uma das seis províncias em que o território português era antigamente dividido: Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve.

* * *

Segundo Alexandre Herculano[25], a invasão da Espanha pelos Muçulmanos não foi uma conquista de extermínio. Como acontece em todos os tempos, a passagem dos invasores ficava assinalada pelo sangue e pelas ruínas, na proporção da resistência; mas, até nas povoações onde mais tenaz a haviam encontrado, os Muçulmanos nem sempre acompanhavam a vitória com inútil carnificina. Aos Cristãos se assegurou a conservação dos bens e a livre profissão do Cristianismo, obrigando-se os novos senhores da Espanha a respeitar-lhes os lugares sagrados e o santuário doméstico. Pelo menos, assim rezava o tratado celebrado entre o chefe mouro vencedor (Abdul-Aziz) e o chefe godo vencido.

Deveria haver tolerância e igualdade de tratamento para os prosélitos das duas religiões.

A violência e a cobiça individuais desobedeciam por vezes àquele sistema, mas os chefes árabes procuravam reprimir abusos, e tratavam, quási sempre, benèvolamente os hispano-godos, mandando respeitar o culto cristão.

Havia completa liberdade religiosa e, diz Herculano, «se dermos à rudeza dos tempos,

à forma despótica da administração e às paixões humanas a parte que lhes cabe na história das violências praticadas na Península durante o domínio sarraceno, acharemos, talvez, que nunca sistemàticamente se abusou tão pouco do absurdo direito de conquista: nunca a tolerância se associou, de um modo tão singular, com o entusiasmo religioso». Talvez dominado excessivamente pelas concepções liberais e pelo idealismo da escola romântica, o que é certo é que Herculano trata com grande simpatia os Árabes que invadiram a Península: acha-os muito mais civilizados que os Cristãos, e informa que houve grande exagêro nos cronistas que se referiram às perseguições à religião de Cristo.

Se tais cronistas exageraram, parece-me que também o fêz Herculano, quando, para justificar a sua simpatia pelos invasores, chega a admirar mais os Cristãos que se submeteram do que aqueles que se revoltaram, iniciando a obra da reconquista.

Diz Alberto Sampaio [11] que a entrada dos Árabes no Século VIII determinou profunda desordem em tôdas as relações sociais. As guarnições militares eram diminutas e na maioria compostas de Judeus, que sentiam mais simpatia pelos seus irmãos de raça do que pelos Cristãos que os perseguiam...

O senhorio das terras pertencia realmente aos Muçulmanos, mas os Cristãos mantinham a sua posse e cuidavam da sua cultura. Tal era a tolerância religiosa que, depois da conquista árabe, continuou a haver bispo em Dume.

Muito antes do Século VIII, diz Leite de Vasconcelos[64], já havia alguns Árabes na Península, pois, na época romana, já os *Mauri* fizeram várias incursões na *Hispania*.

Mas a invasão decisiva dos Sarracenos realizou-se em 711. Em todo o nosso território, não teve igual importância o domínio sarraceno: ao Norte do Douro foi quási nulo e durou pouco tempo aquêle domínio; do Douro ao Mondego durou entre o Século VIII ao Século XII e, do Mondego ao Guadiana, tiveram os Mouros quatro séculos e meio para propagarem a sua prole e expandirem a sua civilização.

Informa o mesmo autor[61] que a dominação arábica pode considerar-se geral nos primeiros momentos; mas, passados alguns decénios, os Árabes perderam Entre-Douro-e-Minho e a Galiza, regiões onde a sua acção parece ter sido diminuta.

Segundo Alberto Sampaio, no Norte, os Sarracenos fizeram irrupções, feriram-se batalhas sanguinolentas; mas não se demoraram senão durante a expedição militar; não alte-

raram a população, nem o regime social, nem exerceram preponderância ou influência.

Nas lutas da reconquista, diz Leite de Vasconcelos [44], os Mouros que capitulavam e se submetiam ao nosso domínio, ficavam sendo *Mouros forros*, isto é, livres, e concediam-se-lhes bairros ou *mourarias* para viverem. Outros, que resistiam, passavam a escravos.

Os Mouros livres foram expulsos por D. Manuel, com os Judeus, em 1496, excepto aqueles que se converteram ao cristianismo, chamados depois *Mouriscos*.

Aos escravos Mouros outros se juntaram, reultantes do comércio, e da pirataria na costa africano-maometana.

Segundo o mesmo autor [64], estiveram em contacto com os Portugueses, no Continente: 1) escravos mouros do tempo da reconquista, e seus descendentes; 2) Mouros forros (até 1496), Mouriscos e um ou outro Mouro que não se exilou; 3) os cativos de África e seus descendentes; 4) Mouros vindos de várias partes, do Século XVI em diante. Os Mouriscos eram os Mouros convertidos, como os Cristãos-novos eram os Judeus também convertidos.

Informa Gama Barros [8] que, nos «Portugaliae Monumenta Historica», se encontram muitas dezenas de nomes de pessoas cristãs em que entra *Ibn*, *Iben* ou *Ben*, palavra árabe que designa a filiação.

Diz-nos Fortunato de Almeida [40] que uma provisão de 1641 proïbiu que em Portugal houvesse escravos mouros. A-pesar-disso, havia-os numerosos em tôdas as cidades, vilas e povoações importantes. Em 1620, só em Lisboa, havia 10.470 escravos mouros, índios e até brancos, a-pesar-da proïbição das «Ordenações».

Gil Vicente [16] por duas vezes se refere aos Mouros: Nas «Côrtes de Júpiter» é desencantada uma Moura do seu encantamento, e o grande escritor, a pedido do Conde de Vimioso, glosou o seguinte rifão de Afonso Lopes Çapaio, cristão-novo que vivia em Tomar:

«Matou-me Moura e não mouro
E quem m'a lançada deu
Moura ela e mouro eu.»

Uma das tradições mais arraigadas no nosso povo é a do martírio dos Santos Mártires de Marrocos.

No VII volume da «Revista Lusitana» [6], Esteves Pereira descreve um manuscrito iluminado da Biblioteca Nacional, em que se narra a morte dos seis frades que S. Francisco de Assis mandou, em 1219, a Marrocos, prègar a fé cristã.

Ainda no nosso tempo, todos os anos, em Janeiro, se celebra na igreja de Paderne

(Melgaço), antigo mosteiro de Crúzios, a cerimónia dos Santos Mártires de Marrocos. Duma capela sai a procissão, na qual se encorporam alguns meninos com o hábito de frades franciscanos, e de cabeça amplamente rapada. Representam os Mártires de Marrocos e são acompanhados, da capela até à igreja românica de Paderne, por um figurante que representa o rei de Marrocos, de traje mirabolante, de espada desembaínhada, a fingir que corta a cabeça dos *mártires*. Êsse figurante é bem pago e, como se torna antipático, há pouco quem queira representar tal papel.

Ao chegar a procissão à igreja, o prior faz um sermão comemorativo.

Confronte-se a cerimónia de Paderne com as esculturas, tão expressivas, da Igreja de S. Francisco, do Pôrto.

A mistura de sangue semita ou negro na população de Portugal, a cada passo é exagerada por cientistas estrangeiros, com intuitos deprimentes para nós.

Na «Portvgalia»[11] I, 3, R. S. (Ricardo Severo) protesta enèrgicamente contra Zaborowski, que, em comunicação à *Soc. d'Anthropologie de Paris*, chega à conclusão de que os Portugueses são de origem *moura*, *berbere* e *egípcia*.

Para chegar a essa conclusão, Zaborowski não precisou mais do que observar 36 foto-

grafias que lhe mandou Mesquita de Figueiredo.

Mais recentemente, muito se tem discutido na Alemanha a nossa filiação negróide. Tais ideas derivarão, em grande parte, do célebre mapa da Europa, de von Eickstedt, no qual se vê, ao Sul do Téjo, uma mancha indicativa de elementos negróides. Mais adiante reduzirei às devidas proporções êsse elemento exótico.

Segundo Martins Sarmento[2], as tradições populares a que anda ligado o nome de Mouros, são alguns séculos mais vélhas que a aparição dos Árabes na Península. Os nomes de mouro e de pagão tornaram-se sinónimos. Ainda hoje, a madrinha, entregando à mãi a criança que levou à pia do baptismo, diz indiferentemente: «Levei-o amoirado, trago-o baptizado»; ou «levei-o *pagon*, trago-o cristão».

A mesma tradição colheu Leite de Vasconcelos[3] em Guimarãis. «Quando os meninos estão por baptizar, são moiros».

Tomás Pires[6] (Investigações etnológicas — «Revista Lusitana», X) refere igualmente: «Quando a comadre, ao vir da igreja, entrega à mãi o filho baptizado, é costume dizer:

«Levei-o amoirado
Trago-lho baptizado.»

Segundo Leite de Vasconcelos[3], assim como se designa por mouro um menino por baptizar, também, graciòsamente, é considerado mouro o vinho puro, que não levou água.

Em Barroso, mouro é sinónimo de sujo (mãos moiras). Confronte-se o têrmo «moreno».

David Lopes[6] («Revista Lusitana» XXIV) refere-se a numerosas povoações do Sul do País, cujo nome é derivado do árabe.

E Pedro de Azevedo[6] («Revista Lusitana» XXII) publicou também uma lista de alguns nomes moçárabes no Sul de Portugal.

Leite de Vasconcelos[6] («Revista Lusitana» XXI) ensina: «ao contrário do que sucede com os nomes germânicos, que predominam no Norte e na Beira, rareando no Sul, os nomes arábicos rareiam no Norte e vão aumentando da Beira para baixo».

Adolfo Coelho[11] arquivou diversos rifões relativos aos Árabes: «No tempo dos moiros»; «A moiro morto, grã lançada»; «Nunca de bom moiro bom cristão»; «Em casa de moiro não faleș algarvia»; «Quem lava a cabeça a moiro perde tempo e sabão»; «Quem poupa seu moiro poupa seu oiro»; «Vinho nem moiro não é tesoiro»; «Moiro que não podes haver, forra-o por tua alma» («Portvgalia», I, 3).

Leite de Vasconcelos[14] colheu, em um manuscrito da Biblioteca da Academia R. das Ciências de Lisboa, uma série de adágios em árabe e português, entre os quais os seguintes:

— A água o dá e a água o leva.
— A água leva tudo.
— Abatem-lhe as cristas.
— A boa guerra faz a boa paz.
— A boa vontade supre a obra.
— A bôca não pede fiador.

Em 1922, tive ocasião de confrontar[35] algumas lendas e tradições portuguesas com certos passos do Alcorão, tais como: as têmporas de Santa Luzia ou «sortes», previsões meteorológicas para todos os meses do ano, feitas de 13 a 24 de Dezembro do ano anterior; a *Dama-pé-de-cabra;* o *Monje e o passarinho;* as orações e o auxílio celeste nas grandes batalhas.

Leite de Vasconcelos[43] diz que os apelidos Mouro, Mauro, Maurício, Morato, Amaro, etc., indicam origem arábica e David Lopes[45] atribue a mesma origem ao episódio camoniano da «Ilha dos Amores» («Portucale», III).

Na mesma revista (I, 301), A. Lima Carneiro diz que ao salitre ou tinha das paredes também se dá o nome de moura.

Os tesouros das mouras encantadas nas fontes, penedos, outeiros, grutas, não serão mais, para Leite de Vasconcelos[64], do que as riquezas naturais da terra (Opúsculos, V-407).

O mesmo ilustre investigador regista, da colecção de adágios de D. Carolina Micaëlis: «A mouro morto — gran lançada»; «A mouro morto — matá-lo». (Idem, VII-716).

Como diz Leite de Vasconcelos[64], desde o Romanceiro de Garrett que se registam os versos populares:

«Té os Moiros da Moirama
Festejam o S. João.» (VII-1342)

No Museu Etnológico Português existe uma secção «Época dos Arabes» onde pode estudar-se a sua influência desde o Século VII ao Século XIII.

Para terminar êste parágrafo, vou transcrever alguns excertos do belíssimo romanceiro popular relativo aos Mouros:

Santa Catarina

«Lá na cidade de Roma
Houve em tempo uma donzela
Catarina se chamava;
Seu pai era um perro moiro,
Sua mãi arrenegada.

Logo pela manhãzinha
Seu pai a atormentava
P'ra deixar a lei divina
E a da moirama tomar
.....

(*Fernandes Tomás*, 57)

A irman cativa

.....

«Quem canta lá no jardim,
Quem assim pode cantar?
—É a vossa escrava cristan
A sua filha a embalar.
.....

P'ra receber o baptismo
Eu te teria levado;
Mas 'stamos na mouraria
Onde não há baptizado.»
.....

(*Idem*)

A filha do rei de Marrocos

«A filha do rei de Marrocos
Deu um passeio ao mar;
Deu o navio à costa,
A Lisboa veio dar.
Nosso rei a estimou
Como princesa real,
Mandou com 25 milhões
E a nós a acompanhá-la.

(Quando o rei de Marrocos viu a filha, disse:)

—Viva el-rei de Portugal,
Que me estimou a minha filha
Como princesa real!
Dizei lá ao vosso rei
Que desembarace os portos de mar.
Trigo a meio tostão
Lhe hei-de eu pôr em Portugal.»

(*Leite de Vasconcelos*, (64) – VII, 967)

Branca-Flor

—À guerra, à guerra, moirinhos,
Quero uma cristã cativa!
Uns vão pelo mar abaixo,
Outros pela terra acima:
Tragam-me a cristã cativa,
Que é para a nossa rainha.

.....

Juntaram muita riqueza
De oiro e de pedraria;
Uma noite abençoada
Fugiram da Mouraria.
Foram ter à sua terra,
Terra da Santa Maria;
Meteram-se num mosteiro
Ambas professam num dia.»

(*Idem* - 1076 - 1079)

Canta, Moiro; canta, Moiro

«Canta, Moiro; canta, Moiro,
Canta pela tua vida.
—Como cantarei, senhora,
Eu nesta prisão metido?
—Quanto darás tu, ó Moiro,
A quem dela te tirasse?
.....
—Diz-me tu agora, Moiro,
Ó Moiro da Moiraria,
Se me levas por espôsa
Se me levas por amiga.»

(*Idem* - 1041 - 1046)

Conde Flores

«Lá se vai o Conde Flores
Co'os Mouros a batalhar;
Disse à sua espôsa
Chamadinha Guiomar:
—Se eu não vier em sete anos,
Com Deus! te podes casar.
.....
Andando êl' no terreiro
Co'os Mouros a batalhar,
Alembrou-lhe a sua espôsa
Chamadinha Guiomar.»

(*Idem*, 994)

* * *

Os mais antigos Judeus que apareceram, testemunhados em documentos nossos, diz Leite de Vasconcelos[43], são do Século X-XI, mas parece que é muito mais antigo o estabelecimento dêles na Península.

Os Judeus viviam em bairros separados *(judiarias)* e eram obrigados a usar um distintivo no vestuário, pelo que se chamavam *Judeus de sinal.*

O mesmo autor diz mais tarde[64]: «Da existência de Judeus na Hispania, onde êles se estabeleceram em eras muito remotas, temos testemunho escrito, pelo menos, do Século III, ao que parece. Ora perseguidos, ora tolerados, os Judeus exerceram grande influência étnica e social nos estados peninsulares, e, quando D. Afonso Henriques conquistou Santarém aos Arabes, em 1147, já lá existia uma sinagoga, o que mostra quão numerosa era no Ribatejo a população judaica. Os Judeus que, desde época anterior, cá existiam, foram reforçados em 1492 com os que vieram de Espanha, lançados de lá pelos reis católicos».

Informa Herculano[25] que a raça hebraica existia na Península antes da invasão de Tarik e Musa. O código visigótico, onde se acham compiladas as leis dos diversos reinados acêrca

dos Judeus, é, nessa parte, diz o grande historiador, um modêlo de feroz intolerância. O desejo de sacudir o duro jugo em que viviam lançou os Judeus no partido muçulmano, e, assim, trabalharam por induzir os Sarracenos a invadirem a Espanha.

Gama Barros[8], no vol. III da sua obra notável, ocupa-se também da perseguição dos Judeus no Império visigótico de Espanha (Século VII).

Mendes dos Remédios, na sua conhecida tese de concurso à Faculdade de Teologia de Coimbra[7], faz uma rasgada apologia dos Judeus. É curioso notar que, entre os maiores defensores dessa raça, se contam alguns padres, como António Vieira, Mendes dos Remédios e o Abade de Baçal. Confessa, todavia, Mendes dos Remédios, que os Judeus abusavam das condições em que se encontravam: emprestavam quantias enormes aos reis e tinham tôda a gente dependente dêles.

Eram prepotentes e desconfiados nos negócios, «humilhando e vexando aqueles com quem tratavam, com uma baixeza que chegava às vezes à sordidez».

No Século XIV, o ódio à usura era geral. O dinheiro estava todo nas mãos dos Judeus, que o emprestavam a juros fabulosos (60 a 100 por cento). Por 25 libras que havia recebido, um abade inglês teve de repor 840 ao fim de

quatro anos. A usura, tornou-se, dêste modo, nas mãos dos Judeus, um verdadeiro flagelo.

No capítulo X da sua obra, mostra Mendes dos Remédios como os Cruzados espalharam pela Europa o ódio aos Judeus.

Em Portugal tal ódio bebia-se, por assim dizer, com a educação. Chamavam-lhes cãis, perros, rabudos, *marranos* e raça maldita.

Um sôpro de maldição acompanhou sempre os Judeus por tôda a parte, diz Mendes dos Remédios. Vê-se pois, que as culpas das perseguições não cabem aos nossos grandes reis D. João II, D. Manuel I e D. João III...

Governava superiormente a comunidade judaica um Rabi-mor, nomeado pelo Rei; e aquele nomeava, por sua vez, um ouvidor para cada uma das sete comarcas em que se dividia o reino: Entre-Douro-e-Minho (Pôrto), Trás-os--Montes (Moncorvo), Beira Alta (Viseu), Beira Baixa (Covilhã), Estremadura (Santarém), Alentejo (Évora) e Algarve (Faro).

A legislação acêrca das judiarias mostra o cuidado especial, que havia da parte dos nossos reis, para evitarem a perversão dos Cristãos pela sua convivência com os Judeus. Procurava impedir-se a familiaridade, opondo uma barreira à difusão da religião judaica. Era preciso que os Judeus não se confundissem com os Cristãos, usando um distintivo, mas êles desobedeciam...

As judiarias e as sinagogas pululavam por tôda a parte: Lisboa, Pôrto, Santarém, Lamego, Guimarãis, Chaves, Évora, Coimbra, Viseu, Leiria, Guarda, Elvas, Faro, Covilhã, Beja, Miranda, Barcelos, etc. Também tinham cemitérios privativos e em Chaves havia um *Genesim*, escola em que se explicava o Pentateuco.

Os Judeus viviam apartados nas judiarias, donde não podiam sair de noite, depois do toque do *sino d'oraçom*. Mas êles não obedeciam, provocando escândalos.

A-pesar-de tudo, Mendes dos Remédios trata os Hebreus com grande simpatia. É certo que, com êles, perdemos grandes homens e grandes riquezas. Judeus foram os maiores médicos portugueses, aqueles que maior nome deixaram na história da medicina: Garcia de Orta, Amato Lusitano, Rodrigo de Castro, Zacuto Lusitano, Castro Sarmento e Ribeiro Sanches.

Mas é preciso não exagerar: do terrível decreto de D. Manuel I resultou que se mantivesse a unidade religiosa e que só Portugueses mandassem em Portugal.

Se entre os Judeus houve homens notáveis, não consta, todavia, que fôssem judeus os Reis das duas primeiras dinastias, não parece que tivessem sangue hebreu Nun'Álvares e Albuquerque, nem Gil Vicente, nem Camões...

Mendes dos Remédios, seguindo as doutrinas de Herculano, Oliveira Martins e Antero de Quental, ataca violentamente D. Manuel, acusando-o de «trocar o sossêgo de milhares de famílias pelo sorriso de uma mulher».

O teólogo conimbricense, indo na esteira de Herculano, torna D. Manuel I culpado da grande tragédia de 9 de Abril de 1506 e pregunta: «Que fazia entretanto D. Manuel, a quem um acaso feliz atirava para o trono na idade florescente de 26 anos, e que era o causador dos acontecimentos?»

Era assim que a literatura do Século XIX tratava os grandes Reis da Dinastia de Avís...

Quando rebentaram as perseguições de Espanha e Portugal, milhares e milhares de Judeus receberam o baptismo, diz Mendes dos Remédios, e, por uma cerimónia sacrílega e hipócrita, ficaram aptos para contrair uniões com Cristãos. Quem acreditará na pureza do sangue semita? Quem acreditará igualmente na pureza do sangue ariano? Onde haverá Judeu que não tenha, pelo menos, uma gota de sangue cristão, e Cristão em cujas veias não gire também um glóbulo de sangue judaico?

Tem plena razão Mendes dos Remédios, quando não acredita na pureza das raças.

Mas é manifestamente parcial quando atribue à raça hebraica uma inocência perfeita,

que aliás é desmentida a cada passo na tese de Mendes dos Remédios, na qual se atribue aos Judeus a astúcia, a mentira, o disfarce, a hipocrisia. «É um facto, diz êle, que o Judeu não tem a franca e completa apresentação dos sinceros. Sorri-se, insinua-se. Parece ter modéstia, candura de alma, simplicidade, desafectação. Engano. A astúcia é a sua arma. É assim que vence».

Aí fica o retrato psicológico do Judeu, traçado por um amigo. Os Judeus não se dedicam à agricultura, nem à vida militar. Mas têm nas suas mãos os bancos, onde se acumula o capital; são dêles as fábricas de material de guerra; têm por si a opinião pública, pois que a dirigem e subjugam por meio da imprensa; ocupam cátedras universitárias, sobem à tribuna como representantes do povo e sobraçam pastas de ministro — legislam, governam, dominam. Isto é transcrito dum autor francês, mas pode apropriar-se a tôdas as nações onde há considerável população judaica.

Foi no IV Concílio de Latrão (1215) que se impôs aos Judeus a obrigação de se distinguirem dos Cristãos pela sua maneira de vestir (estrêla de pano amarelo, em lugar bem visível, barrete amarelo, etc.) Mas êles resistiram sempre a tal determinação legal. Também foram os concílios que determinaram o

afastamento dos Judeus em bairros excêntricos das cidades.

Os papas foram quási sempre tolerantes com os Judeus, condenando severamente as perseguições contra êles.

A-pesar-disso, os Hebreus mostravam-se ingratos, com o seu orgulho e prepotência.

A obra de Mendes dos Remédios confirma que, desde o Século IV, havia numerosos Judeus na Península, os quais atraiçoavam os Cristãos, favorecendo as invasões muçulmanas.

Conquistada Granada pelos Reis católicos (1492), foram expulsos os Judeus de Espanha, dentro do espaço de quatro meses.

Durante a nossa 1.ª Dinastia, os Judeus foram bem tratados em Portugal. A excessiva tolerância fêz com que êles se apoderassem de tôda a riqueza e que adquirissem grande importância política. D. Dinís chegou a encarregar um Judeu de gerir os negócios da Fazenda.

A propósito da aliança entre Pedro I de Castela e Pedro I de Portugal, diz expressivamente Afonso Lopes Vieira [72]: «Retribuiu a cordial embaixada com outra que mandou a el-rei de Portugal, e da qual, por sinal, fazia parte Samuel Levy, pois que os monarcas cristãos, nesse áspero capítulo dos dinheiros, delegavam nas expertas mãos judaicas o encargo de enriquecer as coroas cristianíssimas.»

Ao contrário do que sucedeu na 1.ª Dinastia, começaram a ser maltratados os Judeus na Dinastia de Avís.

Logo no comêço, foram castigados por atraiçoarem o povo em favor de Leonor Teles. O povo, diz Mendes dos Remédios [7], cada vez odiava mais os Judeus, por serem usurários e ocuparem os melhores lugares públicos.

No reinado de D. João II, os lamentos contra os Hebreus eram gerais. Os Cristãos sentiam-se vexados, pela sua miséria e pobreza, em confronto com a opulência dêstes. As leis, tanto eclesiásticas como civis, que regulavam o seu trato com os Cristãos, eram cada vez mais desprezadas. As represálias iam ser terríveis, e o reinado de D. João II foi o prelúdio da tragédia, que teve o seu apogeu no dia da «matança de S. Domingos».

A-pesar-da grande oposição do povo, D. João II permitiu que os Judeus expulsos de Castela viessem para Portugal. A entrada só podia fazer-se por Olivença, Arronches, Castelo-Rodrigo, Bragança e Melgaço.

Entraram então, no nosso País, talvez 200.000 Judeus e, com êles, uma epidemia de peste, diz Mendes dos Remédios, de tabardilho, emenda Ricardo Jorge [9].

Foi muito cruel o procedimento de D. João II para com os Judeus que admitiu

no nosso País, e essa crueldade exacerbou-se no reinado seguinte, com o decreto de expulsão, de 5 de Dezembro de 1416. Parece que só influiu nos legisladores o ódio do povo, ódio justificado pelo procedimento do Judeu sempre avaro. Esqueceram as suas boas qualidades, a colaboração dos seus cosmógrafos nas Descobertas, a sua iniciativa na introdução da imprensa em Portugal, a sua grande riqueza, que tantas vezes livrou de apuros o tesouro.

Porquê êste ódio indomável, que criou aos Judeus um martiriológio no seio de cada povo em que se estabeleceu?

A esta pregunta de Mendes dos Remédios. encontra-se resposta em sua própria obra [7],

No actual século, a questão judaica tem sido versada, com mais serenidade e com mais imparcialidade, por escritores como Gama Barros e, sobretudo, Lúcio de Azevedo.

Do primeiro [6] podem ler-se uns curiosos apontamentos publicados por Leite de Vasconcelos na «Revista Lusitana» XXXIV, trabalho em que se mencionam numerosíssimos documentos sôbre Judeus e Mouros, desde 1361, com lista das suas comunas.

E, na sua conhecida e monumental História da Administração [8], informa que os Judeus expulsos de Castela em 1492 trouxeram para Portugal a peste (ou o tifo exantemático, se-

gundo Ricardo Jorge[9]. D. João II determinou que nenhum Judeu entrasse em Lisboa sem se averiguar se êle provinha de lugar são, e sem trazer documento que o atestasse [8-II]. E, no vol. III, regista as providências tomadas contra os Judeus, por sugestão do concílio de Toledo (589). Ali ficaram estabelecidas as relações que devia haver entre Judeus e Cristãos.

São fundamentais os estudos de Lúcio de Azevedo acêrca dos Cristãos Novos Portugueses.

«A expulsão dos Judeus (de Espanha) em seguida à dos Árabes, aparecia como uma emancipação necessária, diz Lúcio de Azevedo [23]. Fernando e Isabel... ordenando a expulsão, não praticaram, pois, um alto e caprichoso fanatismo, antes obedeciam à imposição do sentimento nacional, a cujos ditames não lograria, sem inconvenientes graves, esquivar-se.»

Decretada a expulsão dos Judeus por D. Manuel I, e obrigados a converter-se os que não saíram, começou a era dos Cristãos-novos. Contra vontade sua, êste povo, até aí estranho à nacionalidade e confinado nas judiarias, tinha de se integrar na família portuguesa, que o detestava.

A expulsão dos Judeus, no tempo de D. Manuel, diz Lúcio de Azevedo, tem sido tratada até hoje quási ùnicamente sob o ponto

de vista sentimental. O aspecto social e político da questão ficou de parte, e ao fanatismo dos príncipes, ao fanatismo do povo, exclusivamente se atribue um acontecimento de que o sentimento religioso não foi, decerto, o mais importante factor.

A Holanda era muito próspera antes de para lá imigrarem os Judeus portugueses, que não foram levar para lá a sua riqueza, mas antes explorar a dos Holandeses.

Na Idade Média, a população cristã compunha-se principalmente de agricultores e guerreiros — o elemento produtor e o construtor das nacionalidades. Os Judeus ocupavam-se apenas no comércio e nas finanças.

A luta contra os Judeus foi um facto económico, diz o grande historiador. Os Portugueses, inimigos tradicionais dos Mouros, tratavam-nos bem, ao contrário do que sucedia com os Judeus, cuja perseguição não foi por motivos religiosos, ao contrário do que geralmente se crê.

Confronte-se a perseguição aos Judeus na Península, no Século XVI com o anti-semitismo alemão quatro séculos depois.

Leroy-Beaulieu, defensor dos Judeus, reconhece o perigo semítico na Península, naquela época, e acha explicáveis os rigores da Inquisição.

D. João III, diz Lúcio de Azevedo, foi apodado de fanático pela história... juízo imprudente, de quem não investiga até que ponto, nos actos régios, prima a razão política. Ainda nos estados mais aristocráticos, a opinião pública é uma fôrça com que os govêrnos têm que contar.

O povo reclamava um tribunal para julgar os hereges e, se êle não tivesse sido criado, é plausível acreditar que as nações ibéricas teriam perdido a individualidade própria, convertendo-se em uma espécie de colónia da Palestina.

O alto espírito de Ricardo Jorge[9], orientado pelas ideas anti-nacionalistas da época, achava os Judeus um povo superior, e entendia que, se não fôsse a entrada de sangue hebraico na gente ibérica, «ter-se-ia operado em tôda a Península a cretinização absoluta, pela selecção do queimadeiro e pela educação fradesca: E acrescentava: «E emquanto os Judeus portugueses davam riqueza à Holanda e Spinosa ao mundo, nós empobrecíamos e bestificávamo-nos na mais soez beatitude que dar se pode».

Enquanto Ricardo Jorge achou vantagens nos cruzamentos com a raça hebraica, é de opinião diametralmente oposta Lúcio de Azevedo[23-III], que atribue a decadência de Portugal à mestiçagem com os Judeus e com os Negros.

Estou convencido que tem razão êste último, e que a manutenção da pureza da raça deve ser a aspiração das nações.

Mas é preciso não nos deixarmos levar por exagêros sentimentais.

A perseguição aos Judeus e o estabelecimento da Inquisição foram combatidos pela maior parte dos escritores portugueses, sobretudo pelos românticos do Século XIX; e até pelos estrangeiros, desde Montaigne até Voltaire.

Ultimamente, o estudo mais profundo e mais imparcial da questão explicam-na melhor; mas não devemos caír no exagêro oposto, de louvar os actos crudelíssimos da Inquisição... Pode justificar-se a criação do famoso tribunal, como faz Alfredo Pimenta[60], mas nunca poderão admitir-se como legítimos os tormentos a que eram submetidos os suspeitos de heresia.

A obra fundamental para o estudo imparcial e equilibrado dêstes problemas é a «História dos Cristãos Novos Portugueses», de Lúcio de Azevedo[34], cujo espírito quereria transcrever para aqui.

Deve ter sido antiquíssima a chegada dos primeiros Judeus a Espanha, e os conflitos com a população nativa deviam começar desde logo, pois havia entre êles contrastes flagrantes, no aspecto físico, no traje, nas crenças e

nos preceitos morais; exerciam os Judeus um comércio excessivamente ganancioso, e escandalosa usura, que os tornavam antipáticos.

No tempo da monarquia visigótica, contra tôdas as leis, os Judeus casavam com Cristãos, tinham escravos cristãos e obrigavam-nos a circuncidar-se. No reinado de Sisebuto (613) deu-se a primeira perseguição contra os Judeus que não quiseram baptizar-se e que foram expulsos de Espanha.

Nesse tempo, havia povoações inteiramente hebraicas na Península e, como vimos, os Judeus auxiliaram a invasão árabe.

Como já disse, alguns dos nossos reis (D. Afonso III, D. Denís, D. Afonso V) tinham a maior tolerância para com os Judeus, que abusavam dela, seduzindo raparigas cristãs e esmagando o povo com a usura. Como já tive ocasião de dizer, tanto em Espanha como em Portugal, os Mouros foram bem tratados pelo povo que, pelo contrário, odiava os Judeus; mas os maiores inimigos dêstes eram os Judeus convertidos ao catolicismo.

Recorda a maneira bárbara como D. João II mandou povoar a Ilha de S. Tomé com os filhos menores arrebatados aos Judeus, assim como a espantosa miséria dos que, expulsos de Espanha, imigraram para Portugal.

E repete que «estará mais em harmonia com a realidade dizer-se que os Judeus es-

colheram para refúgio a Holanda por ser país opulento do que sustentar que dêles essa opulência proveio.»

O povo tinha a noção de que, mudada pelo baptismo a fé, se transformava a psique do intruso; baldada ilusão, diz Lúcio de Azevedo, «pois o Cristão-novo continuava a ser o mesmo açambarcador de riqueza, o mesmo impiedoso usurário, o mesmo especulador da miséria pública.»

E explica a carnificina de 1506 pela *intolerância fanática das turbas exaltadas*. Casos semelhantes se deram, efectivamente, na Revolução francesa e na última guerra civil espanhola.

O messianismo encarnado em D. Sebastião devia ser de origem judaica, assim como o sebastianismo e a idea do Quinto Império expendida pelo P.e António Vieira.

O ridículo caía sôbre a raça judaica, à qual o povo imputava defeitos físicos asquerosos: eram menstruados como as mulheres, mal cheirosos de corpo e possuíam apêndice caudal como os brutos. Além disso, eram essencialmente covardes, o que destoava do heroísmo congénito dos verdadeiros Portugueses.

O instinto nacional repudiava a raça judaica e D. Manuel não podia deixar de atender ao instinto do seu povo.

A expulsão resolveu um grave problema político; pois os Judeus mostravam-se traidores à pátria que os acolheu.

Já vimos como êles favoreceram a invasão da Península pelos Mouros, e como se bandearam com os partidários de Leonor Teles contra o Mestre de Avís.

As perseguições ordenadas por D. João II, D. Manuel I e D. João III, assim como as dos Reis católicos de Castela, foram actos políticos sugeridos pela vontade do povo.

Em Bragança e na Beira, onde abundavam os Cristãos Novos, persiste ainda a tradição dos *afogadores* ou *abafadores*, Judeus que tinham por missão estrangular os seus irmãos em crença, quando moribundos. Parece que não se trataria de práticas de eutanásia, mas sim de impedir que os doentes denunciassem, na hora da morte, os seus correligionários.

Se não fôsse a resistência tenaz dos Cristãos e a brutal defesa de que usaram, tudo leva a crer que os Judeus, com a sua vitalidade de raça prolífica e a fé inabalável nos seus destinos, transformassem a Península numa colónia de Israel.

Sucedeu entre nós com os Judeus o mesmo que na Alemanha sucedeu quando se estabeleceu a reforma luterana.

Por fim, os Cristãos Novos fundiram-se com os Cristãos Vélhos e só raras famílias

aristocráticas excluíram tenazmente os elementos judaicos.

Mas, a-pesar-do desaparecimento dos Cristãos-Novos e sua fusão com os Cristãos-Vélhos, ainda, em muitas famílias, se mantêm tradições, usos e costumes que são de origem hebraica.

No tempo de Filipe II, os Cristãos Novos eram excluídos das Misericórdias de Lisboa e Pôrto, dos Colégios de Coimbra, das ordens religiosas e militares, etc. A-pesar-do rigor das leis, os Cristãos Novos insinuavam-se por tôda a parte.

Os Judeus nunca foram lavradores, nem marinheiros, nem soldados, mas viviam alimentando-se do trabalho alheio. Eram mercadores, médicos, boticários, clérigos, advogados e escrivães. Os médicos e farmacêuticos eram acusados de matar legalmente os inimigos cristãos, que, por outro lado, eram explorados e roubados pelos Judeus das outras profissões.

Quando se estabeleceu a Inquisição, os condenados por êste tribunal pertenciam, em regra, às classes humildes, mas, em fins do Século XVII, não faltavam doutores, cónegos, frades e freiras incriminados.

Os jesuítas eram defensores dos Judeus, que tiveram um grande protector no P.e António Vieira, que a Inquisição perseguiu, como é sabido.

Os dias de auto de fé eram de regozijo público, em que o populacho, com os seus instintos sangüinários, tripudiava.

Os condenados à fogueira pertenciam a tôdas as classes e nem sequer escapou à fogueira o *Preceptor infeliz* António Homem e António José da Silva, o autor de comédias tanto apreciadas pelo povo.

A tolerância do Marquês de Pombal foi um acto político, como a dos reis que perseguiram os Judeus: Pombal, era profundamente religioso e familiar do Santo Ofício. Se protegeu os Judeus foi por mera utilidade pública e não por motivos sentimentais.

Só dois ou três séculos depois dos Reis católicos e de D. Manuel I é que o judaísmo desapareceu totalmente da Península e seus domínios. «Os que não tinham emigrado foram totalmente absorvidos na linhagem dos Cristãos», diz Lúcio de Azevedo. Para mostrar ainda como os Judeus gozavam de grandes privilégios em frente dos Cristãos, citava ainda aquele escritor[34] o facto de lhes caber menor parte nos flagelos com que Deus castiga o mundo: a guerra, a fome e a peste.

«Porque à guerra não vão e são os primeiros que fogem; se se espera a fome não a sentem, pois têm os tratos do trigo, mel, azeite, vinho, carnes, pescado sêco e mais mantimentos; para a peste têm muito boas

quintas, herdades e casais, onde se acolhem a tempo...»

Vejamos agora como os grandes escritores do Século XVI encararam a questão judaica.

Gil Vicente muito se ocupa das manhas e costumes dos Judeus. Oiçamos o depoïmento dêsse grande intérprete da alma popular:

No «Auto da Barca do Inferno» aparece um Judeu que, mesmo naquelas circunstâncias extrêmas, mostra as suas preocupações financeiras. Traz um bode às costas e diz ao diabo:

«Passai-me por meu dinheiro
.....
Eis aqui quatro tostões,
E mais se vos pagará:
Por vida de Sema Fará
Que me passeis o cabrão.
Quereis mais outro tostão?»

Chega-se à conclusão que nem o diabo queria levar o Judeu; mas, por fim, sempre se resolveu:

«Ora sus, dêmos à vela,
Vós, Judeu, ireis à toa,
Que sois mui ruim pessoa.
Levai o cabrão na trela.»

No «Diálogo sôbre a Ressurreição», o rabi Levi esquematiza, em poucas palavras, a mentalidade da sua raça:

«Fundemo-nos todos em haver dinheiro;
Porque quer seja nosso, quer seja alheio,
He Deu verdadeiro.
E ter mão na burra.»

No «Auto da Cananeia», a Lei da Escritura, Hebreia, lamenta-se que o seu gado

«Sempre pasce em mesa alheia.
E sabes que gado é?
Tudo raposos e lôbos:
E eu te dou minha fé,
Que é a mais falsa relé
Que ha hi nos gados todos.

.....

Os meus foram escolhidos
E fizeram-se perversos.»

No «Romance à aclamação de D. João III», cada um dos senhores de Portugal, ao beijar a mão do Rei, dava-lhe conselhos:

«O de Portalegre dizia,
Mui católico privado:
Senhor, sejais bem casado,
E sempre com alegria
Lograis vós vosso reinado.

E porque mui nomeado
Por todo o mundo sejais,
Herejes não consintais,
Porque está Deus assanhado
Nos mostram os temporais.»

Gil Vicente, contudo, não parecia inteiramente da opinião do Conde de Portalegre, pois, a-propósito do tremor de terra de 26 de Janeiro de 1531, em carta que escreveu a D. João III, insurge-se contra os frades que disseram ser o terramoto um castigo de Deus.

Na «Farsa de Inês Pereira» intervêm dois Judeus casamenteiros, e um dêles, abençoando o casamento, reclama, todavia, o seu estipêndio:

«Pera bem sejais casados.
Dai-nos cá senhos ducados.»

No «Auto da Lusitânia» entram dois Judeus, e a Mãi de Lediça, conhecendo o seu feitio, pregunta:

«Isso é coisa de proveito?»

Diz Lúcio de Azevedo[34] que Gil Vicente traduz a opinião comum a respeito dos Judeus: sórdidos, enganadores, cobiçosos, tão desprezíveis que nem o próprio diabo os quere receber a bordo da sua barca, levando

a reboque o pobre condenado às pênas do inferno.

Transcrevamos, agora, alguns passos das curiosas melopeias de Garcia de Rèsende[31]:

142

«Hos judeus vij caa tornados
todos nũo tempo christãos.
hos mouros entã lançados
fora do reyno passados,
& ho reyno sem pagãos,
vijmos synogas mezquitas,
em que sempre erã dictas
& prégadas heresias,
tornadas em nossos dias
Igrejas sanctas benditas.

143

Vejamos ha destruiçaam
dos Judeus tristes errados,
que de castella lançados
forã cõ gram maldiçam
a ho reyno de Feez passados
de Mouros fourã roubados,
deshonrados, abiltados,
q̃ filhos, filhas, & mães,
lhe incestauão esses caães.
moças, moços & forçados.

144

«Vijmos grãdes judarias,
judeus, guinolas, & touras,
tambẽ mouras, mourarias,
seus bailos, galantarias
de muitas fermosas mouras,
sempre nas festas reais,
serão hos dias principaes,
festa de mouros auia,
tambem festa se fazia
que non podia ser mais.

145

Vij q̃ em Lixboa se alçarã
pouoo baixo & villãos
contra os nossos christãos,
mais de quatro mil matarã
dos q̃ ouverã aas mãos,
hũos delles viuos queimarã,
mininos espedaçaram,
fizeram grandes cruezas,
grandes roubos, & vilezas
en todos quantos acharam.

164

Estando soo ha cijdade,
por morrerem muito nella,
se fez esta crueldade;
mas el rey mãdou sobrella
cõ muy grande breuidade,

muitos foram justiçados,
quantos acharã culpados,
homẽs baixos & bragantes:
& dous frades obseruantes
vijmos por isso queimados.»

Damião de Gois[39] informa que a resolução de D. Manuel de expulsar os Judeus do reino foi tomada depois de ouvir muitos pareceres sôbre o assunto, pois que o papa os consentia nas terras da Igreja, assim como as diversas nações católicas, como a Itália, a Hungria, a Boémia e a Polónia.

Foi muito ponderada a resolução do rei, que se baseou na vontade do povo e no parecer dos seus conselheiros.

São muito numerosos os costumes e tradições relacionados com os Judeus; mas, por agora, referir-me-ei sòmente aos que, mais ou menos, se encontram por todo o País.

Camilo Castelo Branco[5], no seu romance histórico sôbre António José da Silva, refere-se a vários costumes judaicos e a diversas práticas judaizantes, tais como: cerimónias da agonia e da morte (I, 220), do casamento (I, 122), aos jejuns dos meses de Adar e de Nisan (I, 83), e a outros costumes judaicos (II, p. 173).

D. Carolina Micaëlis de Vasconcelos[6], estudou a lenda do Judeu Errante em Portugal, mas nada encontrou na tradição popular.

Confronta-a com a lenda de «João-de-espera-em-Deus» (*Revista Lusitana* I, II).

Gomes Pereira [6-X] arquiva a expresssão «Falso como Judas», colhida em Vila Real.

Tomás Pires [6-XI] informa que, «às têrças e sextas-feiras, só os judeus é que cortam as unhas e fazem a barba». Diz o mesmo investigador que outrora costumavam os Judeus andar vendendo tremoços curtidos [6-XVII].

O mesmo etnógrafo (idem) fala no costume de «Andar às vozes», e filia-o na superstição judaica de *Bath Kol:* saindo-se de orar em recinto sagrado, a primeira palavra que se ouvia era resposta ao pedido que se havia feito a Deus.

Teófilo Braga [6-XVII] arquiva o adágio de Jorge Ferreira:

> «O lavor a Judia,
> Endereçado de noite, e dormia de dia».

Pedro de Azevedo [6-XXIV] fala dos hábitos e costumes dos Judeus no Século XVII e José Maria Adrião [6-XXVI] regista o ditado: «Rico como um Judeu».

Gama Barros [23-III], refere-se largamente aos Judeus e Mouros em Portugal, e Adolfo Coelho [11-I, 3] regista o curioso ditado: «Não estavam todos os Judeus na Rua Nova».

Lúcio de Azevedo [23-III], como vimos, atribue a decadência de Portugal à mestiçagem

com os Judeus e com os Negros; diz que D. António Prior do Crato tinha nas veias sangue judaico, por parte da mãi e que os Judeus lhe forneceram dinheiro para a revolta. Poucas vezes se terão dado casos como êste, de estarem os Judeus ao lado dos interêsses da Nação!

O mesmo autor narra o processo de António José da Silva, de maneira um pouco diferente da de Camilo [5].

Apresenta Lúcio de Azevedo [26-4.º vol.] uma lista dos Judeus célebres oriundos de Portugal e arquiva a «oração da manhã» da Judia Brites Henriques, condenada no Santo Ofício em Lisboa 21-VIII-1674:

«Bendita la luz del dia,
el Señor que la envia.
Ella nos dê graça e alegria,
e saber para fazer a sua vontade,
para que quando morrer possamos aparecer
no reino da claridade».

Confronte-se esta prece judaica com a oração popular cristã, da qual há muitas variantes:

«Bendita seja a luz do dia,
Bendito seja quem a cria,
Bendito seja o santo ou santa dêste dia!
Padre Nosso! Avé-Maria!»

Leite de Vasconcelos [44] regista numerosos apelidos de origem hebraica e informa [64-V] que, no fim do Século XVI, a população de Lisboa era de 200.000 habitantes, sendo um têrço de Negros e um têrço de Cristãos Novos; e, noutro passo do mesmo volume, diz que hoje o que pode restar dos Judeus está mais ou menos fundido com a população geral, conquanto o povo de certas regiões raianas designe como judaicos certos grupos e, ainda, alguns pratiquem o judaísmo.

Na mesma obra [64-VII] o notável etnógrafo regista, muito desenvolvido, o conhecido ditado:

«Livra-te do Mouro e do Judeu
E do homem de Viseu;
Mas lá vem o Braguês,
Que é pior que todos três:
E o do Pôrto com seu contrato
É pior que todos quatro.»

Parece que só o primeiro verso mostra o verdadeiro sentir do povo. Os outros seriam, pouco a pouco, acrescentados, como remoque, entre os habitantes de diversas terras, o que é vulgaríssimo, como se vê ainda no ditado:

«Os homens de Vouzela,
Alguns que são,
Também tocam na trombeta
Lá na procissão (isto é — são Judeus).

* * *

Estudemos, por último, a entrada dos Negros na população portuguesa e as suas influências étnicas. Já dissemos que, no conhecido mapa das raças da Europa, de von Eickstedt, vem indicada uma zona de habitantes negróides ao Sul do Téjo.

Trata-se, com certeza, dos «Carapinhas» da ribeira do Sado (Alcácer do Sal), raça originária de África. São mulatos, diz Leite de Vasconcelos [41-II], e alguns de côr bastante carregada, de cabelo encarapinhado, platirrínicos.

Muito antes das Descobertas, ingressaram alguns Negros na Península: na invasão cartaginesa do tempo de Aníbal entraram alguns libi-fenícios e, desde o princípio do Século II em diante, os Moiros fizeram na Hispania muitas incursões.

No tempo de Marco Aurélio, o teatro da guerra com os Moiros foi principlamente a Bética e a Lusitânia e, no Século VIII, como é sabido, os Árabes invadiram a Península, trazendo Africanos consigo.

No tempo das Descobertas, porém, é que os Negros entraram, em grande número, no nosso País. Disse Clenardo, certamente com exagêro, que, no Século XVI, Portugal estava tão cheio de Negros e Moiros, que parecia

que, em Lisboa, havia mais escravos daquelas raças, do que Portugueses livres.

«Há, pois, diz Leite de Vasconcelos [41], duas espécies de influência africana em Portugal: uma antiga, devida à pròximidade do continente africano, e às conquistas ou incursões que cá fizeram a povos de África; outra moderna, devida às conquistas dos Portugueses.»

E o mesmo ilustre escritor [64-I] manifesta o parecer de que a mancha negroide de Alcácer-do-Sal é de origem recente. «Como colonização tardia, diz Leite de Vasconcelos, circunscrita num território pouco extenso, temos, no concelho ou Alcácer do Sal, famílias de mulatos «que nasceram do cruzamento de Portugueses com Pretos, ou vice-versa.»

Já em 1433 trouxe Gil Eanes alguns cativos feitos nas Canárias, mas foi em 1441 que entraram no reino os primeiros escravos negros adquiridos na África ocidental. Depois chegaram, em anos sucessivos, novas levas, às dezenas, às centenas (Leite de Vasconcelos [64-V]).

A emprêsa das Descobertas, diz Gama Barros [8] era mal vista do público. «Mas depois que os frutos das ilhas começaram a vir para o reino e depois que as levas de escravos trazidas para o reino da Costa de África principiaram a chegar a Lagos e a Lisboa, desde

então as repreensões converteram-se em louvores».

A frota de Lançarote trouxe de Arguim para Lagos 235 escravos, dos quais coube o quinto ao Infante D. Henrique, o qual assistia, a cavalo, à sua distribuïção.

Cada ano vinham de África 700 a 800 escravos, que muito fàcilmente se obtinham na costa da Guiné: por um cavalo recebiam-se em troca dez ou dôze pretos. As Côrtes de 1472-73 referiram-se ao comércio dos escravos da Guiné e pediam ao Rei que não autorizasse a sua saída para o estrangeiro, pois prestavam grande serviço no reino, povoando terras e arroteando matagais. O comércio dos escravos passava por ser tão lícito como qualquer outro e era muito rendoso. Desde 1486 a 1496 o almoxarife dos escravos recebeu 14:580.278 rs. por 3.989 dêsses desgraçados.

O melhor trabalho moderno sôbre o assunto parece-me ser o do lusófilo Edgar Prestage [56], do qual extraïrei as notas seguintes:

A expedição comandada por Lançarote Pessanha em 1445 trouxe inúmeros indígenas africanos e até 1448 foram trazidos para Portugal 927 gentios africanos «dos quais a maior parte foram tornados ao verdadeiro caminho da salvação.»

Depois de chegarem as três primeiras carregações de cativos africanos, começaram os Portugueses a admirar o Infante D. Henrique, e os homens de Lagos, onde o Infante vivia, pediam para ir buscar escravos. Em 1444, Lançarote capturou 235 indígenas, que foram distribuídos como gado. Fàcilmente eram convertidos ao cristianismo, chegando um dêles a fazer-se padre franciscano num convento do Cabo de S. Vicente.

E Prestage, baseado em Zurara, continua a narrar a maneira como os Navegadores traziam indígenas africanos para Portugal, os quais davam ao Infante D. Henrique preciosas informações para o prosseguimento das Descobertas.

Duarte Pacheco (Esmeraldo) aponta os grandes benefícios obtidos pelo Infante, pois as terras entre o Senegal e a Serra Leoa costumavam produzir todos os anos mais de três mil e quinhentos escravos...

Em 1501, os Côrte Reais trouxeram da Groenlândia sessenta Índios, que fizeram grande impressão nos Portugueses.

Mas não fêz progressos o comércio com os indígenas americanos. Álvares Cabral não trouxe índios brasileiros, para não os ofender.

Almeida Moreira (As influências coloniais na pintura primitiva portuguesa — «Traba-

lhos do 2.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial», Pôrto 1934) informa que, na capela-mor da Sé de Viseu, existe um quadro pintado no princípio do Século XVI, parece que por Jorge Afonso, o qual representa a «Adoração dos Reis Magos.» Em vez do Rei Negro, o pintor representou um Índio do Brasil, com a indumentária própria dêsses indígenas.

Conta Prestage um episódio picaresco passado por ocasião da viagem de Cabral ao Brasil.

«Um vélho tinha o beiço furado tão profundamente, que se podia enfiar um dedo polegar pela abertura; e nêle tinha metida uma pedra verde, que Pedro Álvares Cabral lhe fêz tirar. O vélho queria meter a pedra na bôca do capitão, o que causou risota...»

Os Portugueses não tinham qualquer escrúpulo em misturar o seu sangue com os africanos trazidos pelos primeiros navegadores e, pela mesma razão, foi possível colonizar a Índia com os casamentos, promovidos por Albuquerque, entre os Portugueses e as mulheres de Goa.

«De tanto se lidar com Mouros, Pretos e escravos de tôdas as origens, diz Leite de Vasconcelos[43], enriqueceu-se a língua de muitos vocábulos, expressões metafóricas, frases, provérbios *(escravidão, escravatura, servir*

como um Mouro, moirejar, cativo de amor, ... é um Negro de trabalho, o trabalho é bom para os Pretos, Preto vélho não aprende língua, Quando o Preto pinta, conta duas vezes trinta, Quem poupa seu Mouro, poupa seu ouro, etc.)».

Ainda hoje se chama «língua de Preto» ou «pretuguês» à linguagem deturpada.

Pedro de Azevedo[6-V], estudando as superstições portuguesas, ocupa-se largamente da influência dos Mouros, dos Judeus e dos Negros nas crenças populares dos povos da Península, das feitiçarias de origem africana, da irmandade de Negros que tomava lugar nas procissões de Lisboa, nos ritos africanos que os Negros espalharam entre nós.

Vejamos agora como os nossos grandes escritores consideravam a influência dos Negros na população portuguesa.

Gil Vicente[16] por três vezes se refere à linguagem estropiada dos Pretos: No «Clérigo da Beira» entra um Negro, muito pitoresco pela língua e pelos trejeitos. O mesmo sucede com o *Negro de Beni* da «Nau de Amores». Mas a cena vicentina mais engraçada, sôbre tal assunto, é a do Negro da «Frágua do Amor», que pediu para o fazerem branco e para lhe consertarem a platirrinia e o ectrópio labial:

«Faze-me branco, rogo-te, homem.
Asinha, logo, logo, logo:
Mandai logo acender fogo,
E minha nariz feito bem,
E faze-me beiça delgada, te rogo.»

Conseguiu, efectivamente o Negro ficar «Branco como ôvo de Galinha», leptorríneo e com dedos formosos. «Sai o Negro da frágua muito gentil homem branco, porém a fala de negro não se pode tirar na frágua» e êle arrependeu-se de se ter sujeitado a ser martelado na «Frágua do amor».

Se continua a falar *Guiné,* se não fala português, para que lhe serve ser branco?

Também Garcia de Rèzende[31] se refere à inundação de Negros e suas tristes conseqüências *(Miscelânea,* 58-59-189*)*:

«Hũos aos outros se vẽdẽ,
& haa muitos mercadores,
que nisso soomẽte entẽdem,
& hos engãnam, & prẽdem,
& trazem aos tratadores.
.....

Vẽ grã somma a portugal
cadãno, tãbẽ aas ilhas,
he cousa que sempre val,
& tres dobra ho cabedal.
.....

veemos no reyno metter
tantos captiuos crescer,
& yrem-se hos naturaes,
que se assi for, seram mais
elles que nos, a meu veer.»

Também o grande Camões[33] se refere aos Negros. Vejam-se as «Endechas a Bárbara escrava», poesia amorosa que revela uma estranha afeição:

«Aquela cativa,
Que me tem cativo,
Porque nela vivo
Já não quer' que viva.
Eu nunca vi rosa
Em suaves molhos,
Que para meus olhos
Fôsse mais formosa.

.....

Pretidão de Amor,
Tão doce a figura,
Que a neve lhe jura
Que trocara a côr.
Leda mansidão,
Que o riso acompanha;
Bem parece estranha,
Mas bárbara não».

.....

Muito mais perto de nós, Camilo Castelo Branco [5], também se refere ao tratamento dos escravos negros em Lisboa, no Século XVIII, a-propósito da falta de limpeza da capital naquela época. Num episódio do seu romance histórico «O Judeu», emprega a seguinte frase: «Que deliciosa e perfumada Lisboa era aquela, à qual Jácome Ratton, com desenfeitado estilo, denomina por excelência a *fedorenta cidade de Lisboa!*»

Citemos agora alguns ditados e canções relativas aos Pretos.

Abílio Monteiro [18] registou o seguinte provérbio:

«A quem tem raça de pretos, sempre se lhe conhece».

Em vários pontos do País, diz Cardoso Marta [32-IV], os rapazes (e até os vélhos), sempre que topam na rua um prêto, imitam um espirro — *atchim!*»

O mesmo folclorista [32-I], no seu trabalho «O povo e a Grande Guerra», arquiva a quadra seguinte:

«Adeus, ó pretos de *Ingola*,
Adeus, cabeços da *Holanda*,
Adeus, ó maldita guerra,
Por onde o meu amor anda!»

Leite de Vasconcelos [43], falando de numerosos escravos negros, informa que, em

1468, havia um negro escravo, que se chamava *Pero Branco*.

Pedro Fernandes Tomás[57] arquivou as seguintes canções:

Marujinho

.....

«Ai lé, ai lé, ai lé
Cabo Verde, S. Tomé,
Já estive quási perdido
Lá no Golfo da Guiné.

.....

Ai lé, ai lé, ai lé,
Peito a barra, finca o pé,
Quem me dera ver agora
Mulatas de S. Tomé...»

O Preto

«Quem quiser que o preto faça
O trabalho com vontade,
Dê-lhe feijão, aguardente,
Não lhe tolha a liberdade.
Traz, traz!
Quem é?
É o preto que vem de Angola,
Com seu cachimbo na bôca
Seu chapéu à espanhola.

O preto é rei dos bichos,
Imperador dos macacos,
Não descansa, passa fome
Leva a vida sem sapatos.
Traz, traz! etc.

Ai lari, lari, lòlela,
Batatas com bacalhau.
O preto é para a preta,
São peças do mesmo pau.
Traz, traz! etc.»

Leite de Vasconcelos[64-VII] regista a seguinte quadra, que pertence a uma das versões do romance «A bela Infanta»:

«Venham cá pretos e pretas,
Arrastem-me agora aqui,
Ao rabo dos meus cavalos,
Em roda do meu jardim!»

Na seqüência desta obra, da mesma forma que farei para os Mouros e Judeus, também estudarei a influência dos Negros na população de cada uma das nossas províncias.

II

Entre-Douro-e-Minho

II

ENTRE-DOURO-e-MINHO

A) Foi nesta província que a invasão árabe teve influência mais curta e menos intensa. A-pesar-disso, aqui foram recolhidas tradições relativas aos Mouros em maior abundância do que em qualquer outra região portuguesa.

A que será devido o facto?

O mestre insigne da etnografia nacional, o dr. Leite de Vasconcelos, fêz em Lisboa a maior parte da sua carreira brilhante: ali exerceu o magistério superior na Faculdade de Letras, ali fundou, nos Jerónimos, o Museu Etnológico Português, ali editou os primeiros volumes da sua monumental Etnografia Portuguesa.

Mas Leite de Vasconcelos nasceu no Douro, formou-se na antiga Escola Médica do Pôrto, nesta cidade publicou as suas primeiras obras sôbre etnografia, aqui publicou os primeiros volumes da «Revista Lusitana», aqui no Norte fêz as suas primeiras investi-

gações folclóricas, aqui iniciou muitos discípulos, aqui apareceram muitos continuadores da sua obra.

Por isso, não admira que, na Província de Entre-Douro-e-Minho, a-pesar-de ser tão fugaz a invasão árabe, tão vasto seja o material colhido.

Apontarei, pois, agora, muito sumàriamente, as tradições interamnenses de origem muçulmana.

Figueiredo Guerra [32-I] cita as reminiscências árabes no distrito de Viana do Castelo: *Vila Mou* (Viana), *Vilar de Mouros* (Caminha), *Riba de Mouro* (Monção), *Lamas de Mouro* (Melgaço), *Rio Mouro* (Melgaço). E fala nas lendas relativas a Montedor e a A'ncora. E, num outro estudo, ocupa-se da igreja e da ponte de *Vilar de Mouros* (Caminha).

Cunha Brito [6-XV] menciona a lenda do Rio Mouro, perto de Tangil (Monção), onde haveria uma Moura encantada no fundo dum poço.

Cláudio Basto [6-XV] descreve largamente o «Auto da Floripes», representação popular, que se faz no lugar das Neves (Viana), ao ar livre, e que simula uma luta entre Mouros e Cristãos.

O mesmo etnógrafo ocupa-se mais recentemente do mesmo assunto [5-X] No *Auto da*

Floripes entra o partido cristão, representado por Carlos Magno e o partido mouro, onde entra o Almirante Balão e seu filho, o terrível Ferrabrás, rei de Alexandria. Aos inimigos dos cristãos chamam, indistintamente, infiéis, pagãos, turcos ou mouros.

Cláudio Basto [32-I, II] estudou também a batalha entre Turcos e Cristãos na Ribeira (Ponte-de-Lima). E, a propósito das sortes amorosas do S. João [6-XXXII], registou a quadra seguinte:

«Até os Moiros da Moirama
festejam o S. João,
com pandeiras e viola,
com canas verdes na mão.»

Tomás Pires [6-VIII] narra a lenda da tôrre de Cardielos (Viana), que foi do tempo dos Mouros.

Alves Pereira [32-I] menciona o lugar da Lapa-da-Moura e o Sino da Moura (Arcos-de-Val-de-Vez) e cita riquezas encantadas em diversos pontos, como o *forninho do ouro*, de Paredes de Coura.

Gomes Pereira [29] regista a toponímia barcelense de origem árabe: freguesia de *Gova* ou *Algova; Algares* (têrmo árabe que significa espelunca, furna, caverna); *Prestar, Baçar* (tradução árabe de cebolal); *Alvagada;*

Caçus (Alcaçus); *Mourinha* (lugar); *Alconchel; Soleimes; Mouria; Moure; Ansar; Mouriz; Pai-moure; Sequiade* (Cf. têrmo árabe *assaqiat* = regato); *Mourães; Tamel* (do árabe *thamel* = descuido, desprêzo, negligência). Em Espòsende, cita ainda o vocábulo *Criaz*.

O mesmo etnólogo [29] regista a lenda das moiras encantadas numa mina junto ao Castelo (monte que separa Midões do Rio Covo). Nessa mina julga o povo que há moiras a guardar um tesoiro. Já tem havido homens resolutos que têm visto as moiras, com dobadoiras e outros objectos de ouro.

Gomes Pereira regista a designação barcelense de *Homem-das-Arábias*, que quer dizer «homem valente, raro, extraordinário».

Informou D. Fernanda da Cunha [33] que em Barcelos vivia um taberneiro conhecido pela alcunha de «Mouro» e a malograda folclorista [32] colheu em várias freguesias do Concelho de Barcelos a conhecida lenda da expulsão dos Mouros, que fugiram diante de um rebanho de cabras, nas quais tinham pôsto luzes nos galhos.

Tôdas as construções antigas do Concelho de Barcelos são atribuídas aos Mouros, os quais eram muito industriosos: quando viviam na pitoresca freguesia de Chavão, disse

D. Fernanda Cunha, abriram um longo caminho subterrâneo até à Franqueira.

Abílio de Magalhãis Brandão [4-VI, IX e 6-XIV], desde 1889, registou várias lendas e superstições relativas aos Mouros, colhidos por êle em Vila Nova de Famalicão: citou o *Buraco do Olheiro* em Santa Eulália de Arnoso e registou o costume de Mouquim, da entrega da criança recém-baptizada pela madrinha à comadre:

«Entregou-me um Pagão.
Aqui lhe trago um Cristão:
Ensine-lhe as orações,
Que lhe deparei as bênçoes».

Além do *Buraco do Olheiro,* e da lenda do Castelo dos Mouros, cita o *Penedo da Moura,* no Monte de S. Miguel (S. Julião do Calendário) e a *Cova da Moura* (Fradelos). Ao Penedo da Moura liga-se uma lenda tradicional e têm ali aparecido objectos arqueológicos. Abílio Brandão cita igualmente a lenda das *Pedras Mouras* da Bouça de Talhós (Jesufrei) e confronta-a com a da Presa de S. Domingos, com a da Carvalhosa (Paços-de-Ferreira) e com a da Moura encantada, colhida em Penafiel por Leite de Vasconcelos.

Foi êste grande investigador [3] o primeiro que colheu, em Vila Nova de Famalicão, uma superstição relativa aos Árabes: moura que,

no Castelo de Vermoim, encanta os homens que ali passam *depois do sol-pôsto.*

Mais abundantes que nos concelhos de Barcelos e de Famalicão, foram as colheitas realizadas em Santo Tirso. Aqui, e em outros pontos do Norte de Portugal, registou Leite de Vasconcelos [3] a seguinte lenda: «quando há um eco num vale, monte, etc., diz sempre o povo que é uma *Moura encantada a falar*».

Alberto Pimentel [12] encontrou, no onomástico local de Santo Tirso as seguintes reminiscências árabes: *Almoinha, Alvarelhos, Mourigo, Mourizes;* registou a lenda de um régulo mouro que habitaria o Castro de Alvarelhos, lenda donde resultou a cómica seita dos «Calenderes da Maia»; e citou outras lendas de Moiros nas freguesias da Agrela, Roriz e Monte-Córdova.

Informa aquele escritor que é tradição ter sido *S. Cristóvão de Mouro* o nome primitivo de S. Cristóvão de Muro e cita as tradições da freguesia vizinha de Alvarelhos.

Em Burgãis houve em tempo um arco de esquadria, obra muito antiga e pouco polida, que uns atribuíam aos Romanos e outros aos Mouros.

Alberto Pimentel regista a crença antiga de ter habitado na Tôrre Alta, de Areias, o infante Alboazar Ramires, filho de Ramiro II de Leão e de uma princesa árabe.

Na minha infância, muitas vezes ouvi falar dessa lenda.

De Alvarelhos cita Alberto Pimentel a lenda do Monte de S. Marçal, onde havia uma passagem subterrânea, pela qual os Mouros levavam os cavalos ao rio, para beber. Dá ainda notícia da lenda do régulo mouro de Alfena (continuação de dois aquedutos na Agrela).

A. C. Pires de Lima[27] regista muitas lendas de mouras encantadas, informando: «As ruínas das tôrres, as minas que vão ter aos rios, conservam-se povoadas de mouras, que cantam suàvemente, emquanto fiam as suas meadas de ouro e levam os cavalos a beber».

Arquiva os ditados: «atirar-se como S. Tiago aos Mouros», «Trabalhar como um Negro, como um Mouro» e diz que, em Santo Tirso, as crianças por baptizar são moiras, e conhecidas pelo nome de *Custódio* ou *Custódia*.

Como se chama o menino? — pregunta-se na minha terra.

— Por emquanto é *Custòdinho*, responde-se, quando êle ainda não foi baptizado.

No «Livro dos Usos e Costumes da Igreja de S. Tiago e Areias» e pelo «Livro do Registo dos testamentos» vê-se que, ainda no Século XVIII, havia ali escravos.

Trovas colhidas em Santo Tirso por A. C. Pires de Lima:

«A moda da mouraria,
Dançada é bem bonita:
P'ra dançar a mouraria,
Moça, de saia de chita...»

«Passei pela tua porta,
Pedi-te água, não ma deste;
Nem os Moiros da Moirama
Faziam o que tu fizeste.»

«Santa Catarina do *Sena*
Era filha dum rei moiro;
Ela matou o seu pai,
Ela c'uma 'spada de oiro;
Seu pai, era um turco,
Sua mãi arrenegada;
.....

Em trabalho muito recente, A. C. Pires de Lima[73] regista, de novo, mais desenvolvidamente, a formosíssima lenda da Tôrre-Alta.

Muitas das lendas obtidas no actual concelho de Santo Tirso pertencem à Terra da Maia, que é fértil em tradições muçulmanas:

Abílio Monteiro[10] ali colheu a seguinte quadra:

«Os teus olhos são dois moiros
Que vieram da Moirama;
Mas, embora sejam moiros,
São fiéis a quem os ama.»

Leite de Vasconcelos[32-IV] diz-nos: «Na Maia as donzelas apedrejam, ou apedrejavam, o telhado de uma rapariga de má vida» e confronta êste costume com a tradição muçulmana e a lei judaica de lapidar as adúlteras.

O grande etnógrafo[64] dá-nos a lenda da construção da Tôrre de Leça do Bálio, com pedras levadas à cabeça por moiras, emquanto fiavam na roca. O mesmo aconteceria à *Pedra Formosa* da Citânia de Briteiros...

Têm real fundamento as lendas da Tôrre Alta (Areias — Santo Tirso), pois informa o Padre Agostinho de Azevedo[69]:

«Diz o Nobiliário de D. Pedro que Alboazar Ramirez era filho do Rei D. Ramiro II e duma moura, Zara, sendo chamado o Cid *porque naquele tempo fêz muitas lides com os mouros e tirou-os de São Romão, do Crasto de Aveoso e do Crasto de Gondomar.*»

Santos Graça[54] menciona a lenda da moira encantada no penedo de Côim (Póvoa de Varzim). Aparecia, por vezes, transformada em cobra, tôda enroscada, que causava dó. Ofereciam-lhe leite e carvões, que ela transformaria em ouro, se a desencantassem.

O P. Martinho de Azevedo [69] diz que os Mouros arrasaram o Convento de Vairão, que foi reedificado em 1110.

A respeito do Pôrto, diz Ricardo Jorge [9] que «os gritos de Santiago e S. Jorge, na arrancada de contínuas batalhas, raro deixavam de estrugir, contra a mourisma, primeiro na conquista interna...».

Pode ler-se no «Tripeiro» [17-II] a lenda do Rei Ramiro e de Miragaia, segundo o Romanceiro de Garrett.

Magalhãis Basto [33-II] informa que, na procissão de Corpus Christi, no Pôrto, no Século XVI, iam encorporados Mouros, com o seu rei.

A respeito desta cidade, deverei lembrar que ainda hoje existe o lugar, bem conhecido, da Fonte da Moura, no fundo da Avenida da Boavista.

Demos um longo passeio desde Monção até às margens do Rio Douro, à cata de reminiscências mouriscas.

Sigamos agora, com igual intuito, para o interior da Província de Entre-Douro-e-Minho, começando por Guimarãis e seu têrmo.

Entre outras terras, Leite de Vasconcelos [3] atribue a Guimarãis a crença de que os ecos são mouras encantadas a falar e cita em Prazins (junto do monte de S. Miguel), perto daquela cidade, o *Penedo dos Casamentos*, onde existem tradições de Mouros.

Martins Sarmento [4-I] encontrou lendas de mouros no Monte da Senhora da Tocha, em S. Veríssimo de Cristelo, em Tagilde, etc.

João de Meira [4-1921], a respeito de Guimarãis, diz: «Da mistura de sangue árabe ficaram vestígios nas *Inquirições;* alguns indivíduos com o apelido de *Mouro* acusam origem mais ou menos remotamente sarracena».

Acredita o povo, diz Luís de Pina [4-1938], que houve outrora grandes lutas entre os Moiros do Monte da Ínsua e os Moiros da Citânia. E o que é verdade é que ali apareceu uma moeda árabe.

M. Cardoso [4-1938] informa: «Na tradição popular, êsses altos ficaram conhecidos por *Castelos dos Mouros, Cêrcas dos Mouros*... na lembrança do povo, alimentada pelas lendas e superstições, transmitidas de geração em geração; foi da última invasão do território, a dos árabes, que se manteve uma tradição mais viva. Porém, quando êstes invadiram a Península, já de há muito as citânias, que o povo atribue aos mouros, se encontravam abandonadas».

Leite de Vasconcelos [64-V] fala nas Moiras do Penedo do Sino (Penha) e do sino de ouro da fonte da Cavada (Briteiros).

O mesmo investigador [64-VII] diz que, na Serra de Santa Catarina, aquela santa fêz fu-

gir uma invasão de Mouros, atemorizando-os com um rebanho de cabras, a cujas pontas atou velas acesas. Já mencionei essa lenda atribuída ao concelho de Barcelos, e Leite de Vasconcelos também a ouviu em Baião e em Gouveia. Do mesmo estratagema se serviria Viriato contra os Romanos, em Viseu.

Por duas vezes[3 e 14-III] cita Leite de Vasconcelos a pègada de S. Gonçalo, no Penedo da Moira, junto de Felgueiras.

O mesmo investigador[20-I] fala no lugar do Ôlho-do-Mouro em Vila Cova (Paredes) e na povoação de S. Romão de Mouriz, perto de Vila Cova. Volta a referir-se à lenda da aplicação de luzes nos galhos dos carneiros e cabras, para amedrontar os Mouros, quando da invasão muçulmana.

As *Mouras encantadas* apresentarão para o Mestre etnólogo, os espíritos das fontes, das montanhas, dos penedos.

José Fortes[11-I] ocupa-se do *Lagar dos Mouros* de Gondar (Amarante) e João de Vasconcelos[6-XXV] de várias lendas de Mouros e tesouros encantados em Marco de Canavezes.

Leite de Vasconcelos[64-VII] outra vez se refere às lendas, relativas a Paredes e Marco-de-Canavezes, da fuga dos Mouros diante de um rebanho de cabras, em cujos chavelhos tinham atado archotes acesos.

«No território de Arouca, informa Gama Barros[8-II], que se diz destruído pela invasão dos Agarenos, e onde êles estabeleceram domínio, vivia gente cristã que, durante a dominação dos consquistadores, restaurava as igrejas e as conservava na sua posse.»

«Daqui a muitos anos, diz Leite de Vasconcelos[64-VII], o *Penedo do meio-dia* (Rèsende) há-de cair pelo monte abaixo e arruïnar as casas tôdas; nessa ocasião as Moiras que estão encantadas lá dentro hão-de ir pelo rio fora para a Moirama.»

O mesmo investigador[64-VII] descreve a lenda da *Lapa-do-Diabo*, de Valadares (Baião). Ali aparece uma moira, pelos S. Joões, de sete em sete anos: da cinta para cima é gente e para baixo é bicho.

Braga Barreiros[6-XVIII] regista a lenda da Fonte da Moura em Santo Amaro (Donões-Montalegre), bem como o ditado de Barroso: «Atirar-se como S. Tiago aos Mouros».

Em Celorico de Basto colheu F. C. Pires de Lima[63] a seguinte quadra:

«Tu fôste ao S. Torcato
Nem uma prenda me deste;
Nem os Mouros da Mourama
Faziam o que tu fizeste!»

Em tradições populares muçulmanas referidas a pontos indeterminados desta Província, falam Martins Sarmento[4–1923, 1924], J. V. C. M.[4–XXI], D. Maria A. M. Sá Mesquita Paúl[4–XV] e D. Maria Peregrina de Sousa[6–VI].

Na Província do Douro, colheu Tomás Pires as seguintes quadras:

326

«*Fôstes* ao Senhor da Serra
Nem um anel me trouxeste.
Nem os Moiros da Moirama
Fazem o que tu fizeste.»

8189

«Eu tenho quatro navios
Encostados à Moirama;
Amor sustenta os teus brios,
Longe chega a tua fama.»

* * *

B) A-pesar-de ficar aberta a fronteira de Melgaço à imigração judaica, no tempo de D. João II, nunca se estabeleceram judiarias nos territórios do actual distrito de Viana-do-Castelo, diz Maximiano Lemos[15], e ali são escassas as tradições hebraicas.

Apenas tenho conhecimento das seguintes, recolhidas por Afonso do Paço[6-XXVIII • 48]:

— Em quarta-feira de Trevas não se fia na roca, porque neste dia fiaram as Judias as cordas em que se prendeu o Senhor (Outeiro).

— Não se cospe em ninguém, porque só os Judeus é que cuspiram no Senhor.

—«Trocaste-me a mim por pobre,
Eu troquei-te por judeu;
Olha a diferença que faz
Do meu sangue para o teu.»

No começo do Século XVI, a colónia hebraica era numerosa, nas judiarias do Pôrto, Barcelos, Guimarãis e Braga, sobretudo nas duas primeiras cidades.

A colónia judaica do Pôrto foi importantíssima.

Ricardo Jorge[9] trata-a com a maior simpatia.

A primeira judiaria do Pôrto alastrava-se da calçada de Monchique, pelo alto, até às Virtudes e Esperança. Ainda hoje, a terminologia local perpetua no *Monte e Escadas dos Judeus* o centro do antigo povoado hebraico. «Odiado do Cristão medieval, diz Ricardo Jorge, vivia o Judeu relegado, fora de portas, à sombra mesquinha da muralha.

O alto da Vitória esperou da nova judiaria o seu povoamento outorgado por D. João I em 1386. O bairro judaico ia daí até às *Escadas da Esnoga*. Ali viviam os marranos, com grandes privilégios.

«Acrescentada ainda depois, diz Ricardo Jorge, pela imigração de Castela favorecida por D. João II, a colónia hebraica foi um importante elemento demográfico da cidade, dotada de singular actividade e indústria; colaborou valiosamente no fomento comercial e na prosperidade do Pôrto, e contava em seu seio os homens mais ilustres e sabedores.»

A judiaria, encravada e isolada na cidade, tinha duas portas, uma na Esnoga e outra no Olival. Em 1485 os Judeus de Castela refugiaram-se em Portugal aos milhares. Os que vieram para o Pôrto alojaram-se em casas da rua de S. Miguel, marcados com a letra P.

Ricardo Jorge insurge-se contra a perseguição aos Judeus, a quem tanto devemos.

«Entre os hebreus emigrados citarei, como naturais do Pôrto, diz o grande médico, *Manuel Aboab*, reputado autor da *Nomologia*, tão citado pelos judiógrafos, e o célebre *Uriel da Costa*, do Século XVII, espírito inquieto e atormentado.»

Mendes dos Remédios, outro defensor dos hebreus[17-1], informa que as judiarias eram

guardadas por duas sentinelas e que de lá não podia sair ninguém depois do toque do *sino da oração*. Não podiam entrar cristãos nas judiarias, sobretudo mulheres; mas estas leis eram constantemente desobedecidas.

A judiaria do Pôrto era, como já vimos, na Porta do Olival e nas ruas da Vitória e de S. Miguel. As Escadas da Esnoga ligavam Belomonte com a judiaria.

Os Judeus eram obrigados a trazer um distintivo especial, mas desobedeciam constantemente.

Querubino Lagoa[17-I] fêz importantes investigações àcêrca da antiga sinagoga do Pôrto. Ao contrário do que pensava Herculano, Querubino Lagoa parece ter demonstrado que a Rua de S. Miguel, onde existia a judiaria portuense, tinha a mesma localização que a actual Rua de S. Miguel, estendendo-se ainda para a actual Rua de S. Bento, cuja igreja teria sido edificada sôbre as ruínas da antiga sinagoga. Êsse facto é provado por uma inscrição gravada na padieira duma porta daquela igreja. Essa inscrição, desconhecida de Alexandre Herculano, já tinha sido mencionada por Rebêlo da Costa. Perto da Viela da Esnoga havia a Botica das Judias. Já me referi ao Monte dos Judeus e devo ainda mencionar o antigo cemitério dos Judeus, próximo do Rio Frio.

A designação da *Rua Ancira* parece relacionar-se com a antiga judiaria estabelecida na freguesia de Miragaia [17-1926].

Magalhãis Basto [17-1930] salientou a benignidade com que eram tratados os Judeus no Pôrto, em confronto com outras terras e diz que êles existiam aqui talvez desde o tempo de D. Afonso Henriques, mas com certeza os havia desde o meado do Século XIII.

O mesmo investigador informa [33-II] que, depois da perseguição de D. Manuel I, os Cristãos-novos foram da Rua de S. Miguel para a Ribeira, Fonte d'Ourina e Porta de S. Domingos. Mais tarde os algibebes judaicos voltaram para a Rua de S. Miguel.

António Baião [45-X] cita nove processos da Inquisição do Pôrto, em que entravam Cristãos-novos.

Depois da cidade do Pôrto, foi talvez Barcelos a povoação de Entre-Douro-e-Minho mais infestada por Hebreus, como pode ver-se no Manuscrito N.º 227 da Biblioteca Municipal do Pôrto [1], o qual se intitula «Traslado de hum Caderno que achei na Caza de João de Sá, e Soto major de Ponte do Lima da Rua do Arrabalde, escripto pelo seu Avo João de Sá Sotomajor o qual papel serreferre a outro escripto e copiado por letra de Gaspar Borges Cujo titulo dizia. Livro da Geração dos Judeos deentre, Douro e Minho dos da Villa de

Barcellos donde antigam.te era a sua Sinagoga aqual: estava na Rua nova em huũns cazaes que estão por baixo dos do Cantinho quando himos por Sima a maõ esquerda, e toda aquella Rua era dos Judeos Como ainda hoje he, e por haver a Sinagoga nesta Rua eser da Caza de Aborim tinha hum privilegio que lhe concederaõ os Reis deste Reino...»

O privilégio da casa de Aborim consistia na contribuïção de *duas patácas, e hum carneiro* que seria pago pelas judias que, em Barcelos, dessem à luz uma criança do sexo feminino. O manuscrito explica minuciòsamente como era cobrado êsse imposto e as transformações que êle sofreu.

Das couzas Coriozas tocantes aos Judeos de Barcelos tudo fôra escondido por êstes, à excepção dêste caderno, que seria trasladado do «Livro da Camera de Barcellos» por Bento de Moura Pais de Balthazar de Moura e Almeida. O manuscrito foi depois acrescentado por seu filho Balthezar de Moura de Miranda, familiar do Santo Ofício. Nele se vêem as descendências dos Judeus barcelenses e seus costumes curiosos. Alguns deles «ordenaraõ filhos de Clerigo e meteraõ filhos frades», iludindo as autoridades àcêrca da sua filiação. Por vezes havia casamentos entre judeus e cristãos e um neto do fidalgo de Aborim não hesitou em casar com uma

judia, alegando que ela era *muito fermoza, e rica*...

O manuscrito primitivo era assim designado:

«Título dos Judeus que sebatizaraõ em pé na Villa de Barcellos no anno de 1497»

Para cumprir a célebre lei de D. Manuel I, foram nomeados dois juízes pedâneos para Barcelos, para tomar os filhos dos Judeus e mandá-los baptizar.

No referido Ms. N.º 227 encontra-se o «Gabinete Genealógico ou Collecçao de Memorias Secretas e Reflecçoems sobre alguas Familias deste Reino de Portugal, e Hespanha, em que se declarao os seus Labéos... Anno de 1804». Foram numerosas as famílias barcelenses onde houve cruzamentos com Judeus e talvez ainda hoje fôsse possível encontrar em Barcelos muitas pessoas em cujas veias circula o sangue hebreu.

Fala o manuscrito do rabino M.e Thomas, cuja filha Leonor Nunes foi presa e queimada pela Inquisição, com 80 anos de idade. Sua irmã Guiomar Nunes casou com Jerónimo Saraiva, de Mesão Frio, judeu e tendeiro em Barcelos, a qual fugiu para a Galiza.

A esta família pertencia o avô da mulher de Pedro Saraiva, médico em Braga.

Salvador Saraiva, advogado em Barcelos, casou em Vila do Conde com a cristã-nova

Catarina Gomes, sogra do médico Simão Pereira.

Refere-se o curioso livro a diversos médicos e advogados judeus originários de Barcelos, e a numerosos Judeus barcelenses perseguidos pela Inquisição, e queimados em autos-de-fé em Coimbra e Lisboa, (médicos, advogados, tendeiros, mestre-escolas, assim como alguns padres e até um arcediago, de ascendência israelita).

Cita o Ms. o caso da tendeira Leonor Dias, a «Judia de Fam», natural de Mogadouro, donde veio fugida, amancebando-se com o abade de Cristelo.

Manuel de Barros, filho duma judia de Barcelos, foi abade de Cambezes, junto a Monção, e ali foi prêso pelo Santo Ofício por *êrros de fé*. À mesma família pertenceram outros abades que a Inquisição perseguiu. Um dêles foi prêso com pesadíssimos grilhões feitos pelo ferreiro de Fão.

O pobre homem não podia mexer-se, com tão grande pêso que tinha atado aos pés...

No ano de 1596, no auto-da-fé que se fêz em Lisboa, queimaram o médico de Vila do Conde, Tomás Nunes, que tinha família em Barcelos.

Os Judeus, ao serem forçàdamente baptizados, mudavam de apelido; assim, Izaques de

Rua, da casa de Velida, tinha um filho de oito anos, que passou a chamar-se Jorge Lopes.

O médico Tomé Nunes, queimado em Lisboa, «disputou com os Inquizidores sobre a Biblia ereticamente, e confeçou, diz o Ms., matar muitos Abbades, Frades e Freiras maliciosamente, por serem bons Christaons».

Não é oportuno o momento para me alongar em mais transcrições do curioso e desconhecido Ms.

Numa casa fidalga do Minho existe uma cópia dêle, que é avàramente guardada. Chamam-lhe o *Tição*, e a ninguém o mostram, certamente por estarem convencidos que a nobre família dos possuïdores teria tido outrora algum enxêrto infamante, que o livrinho poderia divulgar...

Há alguns anos, uma pessoa fêz esforços por consultar o «Tição». Depois de muitas hesitações, a nobre dama a cuja guarda êle está hoje, depois de consultar os espíritos dos antepassados, declarou terminantemente que ninguém lhe poria a vista em cima...

Por intermédio do meu sobrinho, A. P. Pires de Lima, antigo secretário da Câmara de Barcelos, obtive informações muito curiosas do antigo e erudito funcionário municipal barcelense Bento Antas da Cruz.

A judiaria de Barcelos ficava na Rua Nova, que depois se chamou Rua dos Lanterneiros,

hoje Rua do Infante D. Henrique. Era a continuação da antiga Rua da Picota para a rua Direita.

A judiaria era fechada por duas cancelas de ferro, que se fechavam desde o anoitecer até de manhã, quando corria o sino da oração, que era o toque das Avé-Marias na igreja matriz de Santa Maria Maior.

A sinagoga (*cinuna* ou *esnoga*) ficava ao Sul, por altura onde hoje se ergue a estação telégrafo-postal. Quando foram ampliados os Paços do Concelho, apareceram várias inscrições em pedras, que infelizmente não foram conservadas.

Fora da povoação ficava o *almocóvar* (cemitério judaico), em local que não pode determinar-se hoje.

Quando foram demolidas as casas da judiaria, o meu amável informador viu que, entre elas, havia portas de comunicação.

Fala-nos o Sr. Antas da Cruz de vários costumes dos Judeus de Barcelos, os quais não diferem dos das outras judiarias portuguesas.

«Numa das excursões pelo norte do reino, informa o Sr. Antas da Cruz, D. João II, visitando a vila de Barcelos, e hospedando-se na Casa de Aborim, do vale do Neiva (que ainda existe e que pertence à Ex.ma Sr.a D. Joaquina da Costa Fezas Vital, de Caminha), confir-

mou ao seu morgado, como recompensa e agradecimento da hospedagem, todos os antigos privilégios de que êle gozava hereditàriamente».

E acrescenta quais eram tais privilégios: um dêles era «alcatifar a rua de verduras, com três arcos das mesmas», quando o Morgado viesse hospedar-se na judiaria.

Os privilégios da Casa de Aborim datavam do reinado de Afonso IV, quando o senhor daquela Casa obrou prodígios de valor na Batalha do Salado.

Ficou assim aquele fidalgo com o domínio sôbre as judiarias de Barcelos, Braga, etc.

E' de opinião o Dr. A. P. Pires de Lima que o feitio usurário de muitos barcelenses de hoje revela antecedentes hebraicos.

Gomes Pereira [29] alude ao dito popular a respeito dos habitantes de Couto (Cambezes), que teriam vendido Jesus Cristo.

Informa João de Meira [4-1921] que, em Guimarãis, parece não terem sido numerosos os Judeus, que em 1351 estavam espalhados na vila e que, em 1370 já estavam confinados na judiaria, com sua sinagoga, que estava situada na actual Rua do Espírito Santo.

Em Santo Tirso foram colhidas algumas tradições relativas aos Judeus. F. A. Pires de Lima [4-1922] arquivou a quadra seguinte, cantada pelos rapazes que pedem *os reis*, pelo

Natal, quando o alvejado é *sumítico* e não dá nada:

«Esta casa é tão alta,
forrada de pau espinho:
O homem que nela mora
é judeu e tem rabinho...»

A Alberto Pimentel[12] deve-se a colheita da seguinte:

«Se fores para o Picôto,
leva ramos de trovisco:
Olha lá que te não façam,
Como Judas fêz a Cristo...»

E A. C. Pires de Lima[27] registou em Santo Tirso outra quadra relativa aos Judeus:

«Eu bem sei que tens um filho,
Não foi de nenhum judeu:
Foi dum rapaz tão galante,
De melhor nariz que o teu...»

João de Vasconcelos [6-XXV] atribue a Marco de Canavezes a seguinte crendice: «Sempre que estiver um Judeu à mesa, ponha-se o pão do avêsso, isto é, com a côdea de baixo voltada para cima».

Em vários pontos do País é costume can-

tarolar, pelo Natal, quando não dão as *janeiras* aos rapazes (4-1925; 45-VIII):

«Esta casa cheira a breu,
Mora aqui algum Judeu...»

José da Silva Vieira (30-I) colheu a seguinte quadra:

«Enjeitaste-me por pobre,
Eu a ti por um judeu;
Vê a diferença que vai
Do teu cabedal ao meu.»

Braga Barreiros (6-XIX), registou em Barroso as tradições seguintes: fidalguinhos ou *rabinos* são os de Loivos e rabinos os das Quintas. Não se deve fazer a barba à têrça-feira, porque anda o diabo à solta, nem à sexta, porque nesse dia a fizeram os Judeus a Nosso Senhor.

E terminarei êste parágrafo lembrando a formosa *lenda do trigo*, colhida por Leite de Vasconcelos:

«Chegou a Virgem a um campo e preguntou: — Que semeais? — Trigo. — Trigo vos nasça. Daqui a três dias vinde segá-lo — Efectivamente, daí a três dias vieram os Judeus e preguntaram aos lavradores: — Vistes aqui passar uma mulher com um menino, a

cavalo numa jumentinha? Responderam os lavradores — Vimos. Andávamos nós a semear êste trigo. Tornaram êles — Ah! isso então já foi há muito. Podemos ir embora. Assim escapou a Virgem.»

* * *

C) — Mais escassas são as tradições populares de Entre-Douro-e-Minho relativas aos Negros. Mencionarei aquelas de que tenho conhecimento.

Abel Viana[58] fala da dança do *Pretinho* do Rancho de Carreço, onde se cantam as seguintes quadras:

«O preto é rei dos bichos,
Imperador dos macacos:
Não posso levar àvante
O preto calçar sapatos.

O pretinho é rei dos bichos,
Imperador das dòninhas:
Não posso levar àvante
O preto calçar bòtinhas.»

A primeira destas quadras já tinha sido registada por José da Silva Vieira[30].

Leite de Vasconcelos[64-VII] arquivou o di-

tado seguinte, do «Adagiário de Viana-do-Castelo:»

«Inda que somos negros — gente somos e alma temos.»

Há no concelho de Barcelos a freguesia de Negreiros. Supõe Gomes Pereira [29] que o nome vem de *nigrarios* (um pouco negros), «talvez por causa de alguma colónia de gente negra que primitivamente ali se estabelecesse.»

Informa o mesmo folclorista que há, no mesmo concelho, o lugar de *Préto*, assim denominado por ter um negro para ali vindo morar há muitos anos, deixando descendência, cuja côr se foi modificando.

Abílio de Magalhãis Brandão [4-VI] diz que, antigamente, se celebrava, em Vila Nova de Famalicão, a 22 de Março, a *festa do cuco*. No cortejo ia um prêto (Pai Zé) e, atrás dêle, a garotada dançava e cantava:

«*Oh Zé rin-gan-gué*
Viva o Pai *Zo-Zé!*
Todo o s'pretinho
Que anda no mato,
Cabeça de fora,
Parece um macaco.»

F. C. Pires de Lima [63] recolheu em S. Simão de Novais, do mesmo concelho, as seguintes quadras:

«Chamaste-me moreninha?!
Ó preta, vai-te lavar!...
Eu 'inda tenho amores
Que te posso amostrar...»

«Ó preto! P'ra que te lavas,
Se branco nunca has-de ser?
A água já o jurou,
De ti branco não fazer...»

Alberto Pimentel[12] conta a lenda do Ribeiro do Prêto, água pesquisada por um prêto para abastecimento do Mosteiro de Santo Tirso, e A. C. Pires de Lima[27] registou ali a seguinte superstição popular:

«Vendo-se um prêto, pela manhã em jejum, tem-se um gôsto; vendo-se uma preta, um desgôsto.»

E o mesmo investigador[73] fnforma ter lido o registo do testamento em que António José da Cunha, de Fontela (Areias-Santo Tirso), mandava dizer dez missas pela alma dos escravos que faleceram em seu poder.

Na Maia, colheu Abílio Monteiro[10] a seguinte quadra:

«Os teus olhos são dois pretos,
Dois pretos vindos de Angola;
Inda não foram cativos,
Vão ser cativos agora.»

Em Gemunde, daquele concelho (17-II e 27) há um sítio chamado Campa do Prêto. A respeito dela há uma lenda muito curiosa, que deu origem a um culto popular destruído violentamente pelas autoridades; foi derrubada uma capela de madeira à qual o povo fazia muitas oferendas, que eram arrecadadas por uma pseudo-confraria.

Segundo a tradição, veio ali morrer um prêto escravo, que um fidalgo seu proprietário tinha amarrado à cauda dum cavalo. A-pesar-da condenação da autoridade eclesiástica, ainda o povo venerava a sepultura do *Santo Prêto*.

Uma encruzilhada que fica entre Seide e Landim (concelho de V. N. de Famalicão) é conhecida pelo nome de lugar das Campas. É tradição que ali foi sepultado um prêto, em tempos antigos. Confronte-se a lenda com a da Maia.

Em Águas Santas, dêste último concelho, colheu Santos Júnior (33-VIII) a seguinte lenga-lenga infantil:

«Os pretinhos da Guiné
Foram-se lavar ao mar:
Encontraram a água suja,
Tornaram-se a *relatar*.»

Houve no Pôrto um mendigo prêto, que era conhecido por «João Còradinho (17-III).

Conta Magalhãis Basto[33-II] que, na mesma cidade, no Século XVI, uma rapariga se queixou dum mancebo, combinando-se que ela perdoaria ao rapaz se êle lhe desse 660 reis. Mas a rapariga deu à luz uma pretinha e o sedutor recusou-se a pagar o que tinha estipulado. Confronte-se o caso com o episódio picaresco contado por Camilo Castelo Branco nas «Cenas da Foz».

F. C. Pires de Lima[63] recolheu em Celorico de Basto a quadra seguinte:

«Julgavas que eu te queria,
Ó meu preto do inferno?
Não há água que te lave,
Nem no pino do inverno...»

Braga Barreiros[6-XIX] diz que passam por Pretinhas as mulheres de Travassos da Chã (Barroso) e regista o dito: «É como o prêto», referido a quem gosta muito de azeite. Assim como estes: «ser como um negro», «trabalhar como um negro».

S.[4-XV] regista a superstição seguinte:

«Se um branco vê uma preta, ou uma branca vê um prêto, mau agouro; é bom benzer-se logo. Mas todo o perigo desaparece, se o branco, depois de ver uma preta, vê um prêto, e a branca, depois de ver o prêto, vê uma preta».

Tomás Pires [13] colheu as quadras seguintes nesta província:

«Ó meu pai, não venda a preta,
Porque a preta é coisa boa.
Emquanto a preta for viva
Não lhe há-de faltar *broa*.» (9387)

«Adeus, largo da Bergada,
É um largo bem airoso,
Onde se enterrou o preto,
Êsse sítio está viçoso.» (9678)

* * *

III

Trás-os-Montes

III

TRÁS-OS-MONTES

A) — Esta província é riquíssima em tradições de mouras encantadas. «Há muitas fontes com designação de mouras e, diz Leite de Vasconcelos[3], na Fonte do Carvalho (Moncorvo), aparece, na manhã de S. João, uma Moura a expor os figos às orvalhadas, e ouvem-na cantar até à madrugada».

O mesmo investigador[41-I] cita, em Favaios, a «*Cêrca dos Mouros*» outeiro pouco elevado, onde existem ruínas, e aparece cerâmica do tempo dos Lusitanos; «em S. Martinho de Augueira (Bragança), nos arredores do Crasto, estende-se em baixo o *Campo da matança*, ao qual certamente anda ligada alguma lenda de Mouros; e refere-se ainda[64-VII] a uma lenda de Mouras encantadas em Cernancelhe.

É opulentíssima a colheita do Abade de Baçal[55], a qual passo a resumir:

A ermida de Nossa Senhora do Castelo (Aguieiras — Mirandela) está cercada de ruínas duma muralha que é tradição ser de Mouros.

O mesmo sucede ao Monte da Picota (Alvaredos — Vinhais) e à «Cabeça-de-Mouro», de Carrazeda-de-Anciães.

Em Angueira (Vimioso), nos castelos dos Mouros, há tradição de ter havido grande batalha entre Mouros e Cristãos, e na Fonte do Castro (Baçal — Bragança) diz-se que uma Moura encantada, na manhã de S. João, se penteia com pente de ouro e trabalha com um tear do mesmo precioso metal.

No sítio do Vale do Castelo (Bruço — Mogadouro) há vestígios de fortificações atribuídas aos Mouros e diz-se que no Castelo (Cabeça-Boa — Moncorvo) se entrincheiraram os Mouros em luta contra os Cristãos.

Em Cabeça-de-Mouro (Moncorvo) corre a lenda das víboras encantadas.

No têrmo de Calvelhe (Bragança) há vestígios de três castelos de Mouros: Urreta Fermosa, Castelo Sanguinho e Urreta Avelheira. No segundo há uma moura encantada, assim como no Castelo de Alvelina (Pinela).

Em Carrazeda-de-Anciães há tradição de mouras encantadas em Codessais, Luzelos, Pereiros e Castelo dos Mouros; e em Macedo-de-Cavaleiros correm lendas semelhantes em Arcas (Castrilhão), em Limãos (Fraga do Castelo) e em Vilarinho de Agrachão.

Existem vestígios duma estrada *mourisca* em Vale da Sancha (Fraga do Castelo — Mi-

randela) e são numerosas as lendas de Mouros no concelho de Mogadouro (Castelo dos Mouros de Algosinho), Castelo da Bouça de Aires (Urrós) e Cabeço de Valverde. Em Carvalho de Egas (Vila Flor) travar-se-ia a última batalha entre Cristãos e Mouros, e em Corujas (Macedo de Cavaleiros), no Monte Caunha, há uma antiga fortaleza de Mouros.

No Castelo da Portela (Moncorvo) diz a lenda que havia um caminho subterrâneo para a ribeira de Vilariça, onde os Mouros levavam os cavalos a beber.

Na Vilariça (Moncorvo) corre a lenda da pedra transformada em donzela moura, que canta:

«Adeus, vale da Vilariça,
Adeus, Fraga Amarela;
Quanto ouro, quanta prata,
Não me ficam dentro dela!»

Outras lendas de Mouras encantadas se ouvem em Castelinho e Castelo (Feixial — Vila Flor) bem como em Cabeça-de-Igreja (Vinhais), em Castelãos (Macedo de Cavaleiros) e em Castro (Vinhais).

Muitas outras lendas de Mouras encantadas, possuïdoras de grandes tesouros, foram colhidas pelo Rev. Abade de Baçal em Figueiroa (Mogadouro), Fonte de Vilarelho (Alfân-

dega da Fé), Vila Boa de Garçãozinho (Bragança), Cocoia (Miranda), etc.

A cinco quilómetros de Moncorvo, há um lugar chamado Mesquita, com ruínas duma capela dedicada a S. Mamede. Mourão (Vila Flor) é têrmo derivado de Mouro e ali se encontra a tradição de mouras encantadas, cujas lendas o Rev. Abade de Baçal longamente descreve.

Em Oleirinhos (Meixedo — Bragança) encontra-se uma fraga com a *Patada-do-Mouro*, figura de um pé humano, impressa por um Mouro que fugiu quando foi expulso.

Também há a lenda da Moura encantada de Paradinha Nova, na feira dos Mouros.

Em Vimioso há lendas dos Mouros e esconderijos dos Cristãos do tempo daqueles.

Em Ourilhão e em Meixedo também há tradições de galerias subterrâneas, por onde os Mouros levavam os cavalos a beber.

Igualmente, perto de Abreiro (Mirandela), há o Castelo dos Mouros e em Alpajares (Poiares—Freixo-de-Espada-à-Cinta) há a chamada Calçada mourisca. O Castelo-Vélho (Aldeganha-Moncorvo) dizem que foi um castelo dos mouros e ali foi recolhida a lenda da Moura que estendia a barrela ao sol.

Não ficaram por aqui as investigações do arqueólogo transmontano. Do volume X das suas «Memórias» [59], consta mais o seguinte:

No Castelo de Rebordãos vivia um potentado mouro, a quem as povoações limítrofes pagavam o tributo de certo número de donzelas para o seu harém.

«Quem não tem padrinhos, morre mouro», diz-se em Bragança.

Em S. Martinho de Angueira é fama que habitaram Mouros no lugar do Crasto; e em S. Pedro de Sarracenos existe uma caverna a que o povo chama Forno dos Mouros.

Nomes de terras bragançanas derivados, provàvelmente, do árabe: Açoreira, Alfaião, Alfândega-da-Fé, Almansor, Alpajares, Alvaredos, Arrifana, Assares, Atalaia, Atenor, Avidagos, Babe, Baçal, Bagueixe, Bornes, Gebelim, Izeda, Meixedo, Moaz, Mogadouro, Zava, Zedes, Zida.

E ainda: Mouradel, Mourelo, Mourais, Mourel, Mourina, Mourisca, Mouros, Cabeço-da-Mourinha, Mata-mouros, Vale de Moura, Vale-de-Mouro, Figueira-da-Moura, Fonte-da-Moura, Fraga-da-Moura, S. Pedro-de-Sarracenos, Curral-do-Mouro, Cabeça-de-Mouro, Urze-da-Moura.

«Em Penacal, nos têrmos de Alfaião e S. Pedro de Sarracenos, há uma caverna mui comprida, onde ninguém entra, porque se apaga a luz que levar. Vive lá uma moura encantada, a tecer em tear de ouro.»

Em Ervedosa há o lugar do Permouro; em Fontes Tresbaceiro há buracos onde estiveram mouros e em Maçãs há restos de muros, ruínas antigas onde há moura encantada, assim como em Grandais (Tôrre Vélha).

Recolheu o arqueólogo trasmontano a lenda de D. Chamorra, grande senhora gentia no tempo em que os Mouros residiam nestas terras. Esta lenda é muito semelhante à de Maria Alva (V. J. A. Pires de Lima e F. C. Pires de Lima — «Tradições populares de Entre-Douro-e-Minho» Barcelos 1938 p. 12).

Em Urros (Moncorvo) existe o Buraco dos Mouros, em Vilarinho dos Galegos (Mogadouro) fica o Castelo dos Mouros, na Atalaia (Vimioso) a Fraga do Mouro e em Cidadelhe ou Cigadonha (Vinhais) existe o chamado Bairro dos Mouros.

O Abade de Baçal recolheu as seguintes quadras populares:

«Gentil e formosa moura,
És a minha salvação;
Eu, em paga, te darei
O meu fiel coração...»

«Fôste à Senhora da Serra
E nem um anel me trouxeste:
Nem os moiros da Moirama
Fariam o que tu fizeste.»

As mouras encantadas, em geral, têm a forma de serpentes, diz o Abade de Baçal, mas podem ser restituídas à forma primitiva de pessoas, ao fim de sete anos.

O Abade José Augusto Tavares[6-IX] coligiu várias canções denominadas: «O Mouro» e «Moirito», em Maçores, Baçal e Vinhais:

«Ó Mouro, se vais à caça,
Traz-me uma criada cativa.»

.....

Cláudio Basto[45-VIII] regista a lenda da denominação de Mirandela, colhida em Pinho Leal, bem como de Carocedo[45-IX].

A. C. Pires de Lima[46] regista a seguinte quadra colhida por Esteves de Aguiar em Vila Real:

«Fôste ao Senhor da Serra,
Nem um anel me trouxeste:
Nem os moiros da moirama
Faziam o que tu fizeste.»

Êste motivo, como temos visto, tem sido aproveitado pelo povo de diversas terras.

O P. Firmino Martins[47] colheu em Vinhais numerosos e belos romances relativos aos Mouros, tais como:

«D. Garcia», «O Conde Tôrres», «A prin-

cesa marroquina», «A cativa», «D. Cidro», «A moura do Seixal».

Regista o mesmo etnógrafo as lendas da *tomada de Souane aos mouros* e do *chôro da moura*, bem como outras de mouras encantadas.

No volume II da mesma obra, o P. Firmino Martins regista outra variante de «A cativa», bem como «D. Aleixo» e «A moura do Seixal».

Nas festas de Santo Estêvão (Vinhais), em algumas povoações, diz o Rev. Firmino Martins, são usadas quatro *varas*, sendo uma delas chamada do «Rei Mouro».

«Junto à risonha aldeia de Favaios, diz Leite de Vasconcelos (64-VII), o arqueólogo descobre igualmente temas de investigação no monte da *Cêrca dos Mouros*, ruínas de edificações antiquíssimas, semeadas de fragmentos cerâmicos».

* * *

B)—São também riquíssimas as tradições trasmontanas relativas aos Judeus, as quais foram dadas a conhecer sobretudo pelas investigações do Abade de Baçal.

Leite de Vasconcelos (3) colheu o seguinte dito: «cuspir no lume é cuspir na face de Deus, e só o fazem os judeus».

E Gomes Pereira [6-IX] arquivou as seguintes quadras, colhidas em Vila Real:

«O senhor enjeitou-me por eu ser pobre,
Eu *ó S'nhor* por ser judeu:
Veja a diferença que vai
Do meu sangue para o seu.»

«A minha nódoa é de gordura,
Com qualquer água se lava:
E a do senhor é de judeu,
Só pela morte se acaba».

Miranda Lopes [6-XXXI] regista os adágios trasmontanos:

«O judeu: de fínico se perdeu». «Quando a formiga apanha e o Judeu chama, deixa o do Judeu e vai ao teu». E no mesmo volume Alfonso Cassuto publica o manuscrito inédito, de 1773, intitulado — O livro das «Pregoems» dos Judeus Portugueses de Hamburgo.

Leite de Vasconcelos [19-IV] colheu em Moncorvo êstes ditos satíricos:

«— O garôto!
A cavalo em ti vou para o Pôrto;
E do Pôrto além
Em tua mãi.
— Ó judeu!
Teu pai sou eu;
A cavalo em ti vou para Viseu.»

E, no mesmo volume, regista o conhecido epigrama popular, muito ampliado:

«Deus te livre do Moiro e do Judeu
e do homem de Viseu,
e do Braguês,
que é pior que todos três;
mas lá vem o do Pôrto com seu contrato,
que é pior que todos quatro:
e o de Santarém que não fica a dever nada a ninguém,
e o de Beja, que a nenhum dêles tem inveja.»

O Reitor de Baçal[38] dá a seguinte variante dos dois primeiros versos:

«Não te fintes em judeu, nem em parente seu,
Nem em homem de Viseu».

O arqueólogo trasmontano, na pregunta seguinte, explica as razões do ódio aos hebreus: «Não representa o israelita a raça triunfante, a raça vencedora, a que domina o mundo pelo negócio, pelo comércio, pelo dinheiro, pela finança, pelo capitalismo. Dando leis nas chancelarias, nos gabinetes, nos senados, nas câmaras, nos ministérios, na diplomacia, manobrando enfim na sombra, ou às claras, os cordelinhos que dirigem a política mundial, os interêsses vitais das nações e das colectividades?»

«A perseguição aos judeus, acrescenta, resulta não tanto da divergência dogmática...

como da inveja, da guerra nos seus processos de adquirir fortuna por opressões, vexames, usuras e quejandas trapaças nada correctas, que desesperavam o povo».

O Abade de Baçal dá conta das queixas que aos Reis fizeram contra os Judeus os povos de Moncorvo, de Bragança e de Miranda. E justifica o ódio que o povo lhes tinha com os mesmos argumentos que já apresentei no I Capítulo dêste livro.

«Os factos apontados mostram claramente, diz o escritor trasmontano, quanto se enganaram os que acharam impolítica a expulsão dos judeus por D. Manuel. E' inegável que a expulsão foi deshumana, bárbara, cruel...», mas, afinal de contas, foi de boa política.

O foral dado a Bragança em 1187 atraiu grande número de Judeus, em virtude dos privilégios oferecidos. Bragança, Fozcoa e Moncorvo são a terra clássica dos Judeus, diz Lúcio de Azevedo.

Segundo a tradição, os Judeus que em 1492 entraram em Portugal por Miranda do Douro, acamparam no Prado de Cabanas, quatro quilómetros a Leste de Vimioso, onde armaram umas tendas e viveram durante três anos.

O bispo de Miranda, em pastoral de 20-I-1759, manda que os párocos se abstenham

do uso da lei da purificação, segundo a qual as mulheres deixavam de ir à igreja e de cumprir o preceito de ouvir missa nos quarenta dias depois do parto, acabados os quais se apresentavam aos párocos, que, recebendo os seus donativos, as davam como purificadas.

Êste costume judaico da purificação das parturientes ainda hoje é corrente em várias aldeias do bispado de Bragança, como muitas vezes tem observado o Abade de Baçal.

No distrito de Bragança há denominações de origem judaica, como Fatoura, Cházaro, etc. Em Felgueira, concelho de Moncorvo, ainda está em uso a circuncizão das crianças, em casos especiais.

No Norte daquele distrito, costumam os lavradores cortar as pontas de certas árvores. É freqüente ver-se, nos jardins propriedades de israelitas, em lugar de destaque, haver uma árvore com a ponta cortada (Cipreste, Cedro). Confronte-se a determinação do Levítico (XIX, 23): «Quando entrares na terra, e plantares nela árvores frutíferas, cortar-lhes-eis os seus prepúcios; os primeiros pomos que produzirem, serão imundos para vós, e não comereis dêles.»

Onde quer, em Bragança e seus arredores, se encontram árvores com a ponta cortada, sinal distintivo dos Judeus.

Também, nas refeições, a mudança freqüente de pratos é sobrevivência judaica.

O Abade de Baçal conta diversas lendas referentes aos Judeus daquele distrito (Carção, Argoselo, etc.), onde ainda se nota um tipo antropológico judaico. Êsses indivíduos entregam-se ao comércio e à usura e outrora ao fabrico da sêda.

E' tradição que os Judeus moribundos eram estrangulados por outros correligionários, a que chamavam *abafadores* (V. pág. 45).

«O judeu que edifica uma casa deve deixar, segundo o preceito rabino, incompleta uma parte, em memória da desolação de Jerusalem e do Templo. Confronte-se com o ditado tão corrente no Minho: «Ninho feito, pêga morta.»

Na Lagoaça e em Vilarinho dos Galegos, vigora ainda o costume, entre indivíduos que passam por israelitas, de não comerem, na 5.ª, 6.ª e Sábado da Semana Santa, pão fermentado, mas sim bolos cozidos entre duas telhas aquecidas ao rubro.

Durante os oito dias de Páscoa, os Judeus não podiam ter em casa pão fermentado (Êxodo, XII).

A 23 de Junho, os Judeus de Bragança fazem uma grande festa nocturna nas margens do Sabor, e comem um galo. É uma reminiscência do *dia de perdão* de *Chipur*, e ali é injuriado o Messias.

Alguns israelitas de Lagoaça e Vilarinho de Galegos jejuam no segundo domingo depois da Páscoa e neste tempo só comem tremoços, castanhas e pão ázimo. Confronte-se com o costume do Minho: no domingo de Ramos não se come sopa de hortaliça, mas sim caldo de castanhas.

O dia da circuncizão é de grande festa, em que os convidados recebem fôlhas de hortelã-pimenta. Esta erva é simbólica, sendo característico o cheiro desta planta nas confeitarias israelitas de Bragança.

Quando morre algum judeu naquele distrito, a família manda acender luzes na câmara mortuária, durante oito dias; manda fazer a cama e espalhar farinha em volta da mesa, sôbre a qual se colocam os alimentos, como se êle estivesse vivo. Metem na bôca do defunto uma moeda de prata de 200 reis; dão de esmola um tostão a cada pobre e deitam debaixo da mesa todo o pão cozido que houver na casa à data do falecimento.

Alguns fazem uma novena de orações e no fim dão um banquete aos parentes e amigos. As mulheres cobrem-se com um lenço e usam um chaile, que lhes tapa quási completamente a cara.

Algumas orações judaicas ouvidas em Lagoaça:

«Bendita, ó Santa Saba,
Sempre bendita e louvada!
Por tôdas as criaturas
Que são filhas de Sião;
Que vão cantando seus salmos
Em um eterno louvor;
P'ra louvar e engrandecer
O nome Santo do Senhor.»

«Padre Nosso, um, Padre Nosso, dois,
Padre Nosso..... Padre Nosso, dez.
Morra a lei de Cristo,
E viva a lei de Moisés.»

Entre os mais notáveis judeus de Bragança, conta-se o grande médico Jacob de Castro Sarmento, e Jacob Rodrigues Pereira, que tanto se notabilizou em Paris, no ensino dos surdos-mudos.

Pela lista dos indíviduos de Bragança processados pela Inquisição, nota-se que todos os Judeus se dedicavam sobretudo à indústria de curtumes, à fabricação da sêda, e ao comércio (tratantes, traficantes, tendeiros); de 1709 judeus de Bragança acusados à Inquisição, só 21 se dedicavam à lavoura.

Era proverbial a lealdade dos Judeus de Vinhais. Ainda hoje, quando há desordem numa romaria, gritando-se: — «Acuda

Vinhais! Valha-me Vinhais!» — imediatamente aparecem os rapazes de Vinhais em auxílio.

A expressão proverbial «É como o Bugalhó, que não dá ponto nem nó» — corrente nas terras de Bragança, para indicar que nada faz sem cálculo, sem interêsse, derivará de João Rodrigues Bugalhó, sericícola de Bragança, que foi acusado pela Inquisição no Século XVIII.

Ainda colhidos pelo Abade de Baçal, são os seguintes ditados, provàvelmente de origem judaica:

«O diabo é tendeiro e dá a tenda sem dinheiro» (alusão aos judeus, que eram quási todos negociantes).

«Está o diabo feito vaca à porta do açougue» (grande percentagem de marchantes era israelita).

Em Baçal e outras terras brigantinas, a palavra *liorna* quer dizer linguagem ininteligível. Talvez derive de Leorne, para onde fugiram muitos Judeus, à sanha da Inquisição.

Em outro volume da extensa obra do grande arqueólogo trasmontano [59], ainda se podem colhêr os seguintes dados relativos aos Judeus do distrito de Bragança: existe ali o topónimo, de origem hebraica, «Aboá», e em Lamas do Vale de Orelhão há um lugar chamado «Judeu».

Também é ali conhecida a quadra:

«Enjeitaste-me por pobre
E eu a ti por judeu:
Olha a diferença que faz
O teu sangue para o meu.»

Em Rebordelo (Vinhais) regista o costume, já citado, de meter uma moeda na bôca dos defuntos, da novena feita pela família no seu quarto, de fazer a cama do morto, durante êsse tempo, de deixar comida na mesa para êle e de ter uma vela acesa no seu quarto.

Segundo a lenda popular bragançana, os judeus têm rabo.

Leite de Vasconcelos[64-VII], a êste propósito, lembra o dito satírico:

«Ó de Viseu,
Larga o rabo,
Que não é teu!»

Também registou os ditados tópicos: «Os de Leomil são Judeus» e «Os de Samodães são Judeus, porque pregaram um cão numa cruz».

Firmino Martins[66-II], entre os apodos populares (Vinhais) conta o de «judeu», no sentido de *indivíduo maldoso e usurário;* e

regista a quadra seguinte, variante de outra já citada diversas vezes:

«Não me queres por ser pobre
Eu a ti por seres judeu:
Olha a diferença que tem
O meu sangue para o teu.»

* * *

C) — São raras as alusões do povo trasmontano aos Negros. Conheço apenas as seguintes:

Santos Júnior[33-II] registou esta quadra em Mogadouro:

«Os meus olhos são dois prêtos
Que me vieram *d'Ingola:*
Inda *num* foram cautivos,
Vão-se *cautivar* agora.

O mesmo investigador[33-VII] descreveu a *dança dos pretos,* de Moncorvo, que é organizada pela confraria de Nossa Senhora do Rosário, na vespera do dia de Reis (6 de Janeiro). Chama-se dança dos pretos, porque os que nela tomam parte trazem a cara pintada de negro. Mais tarde[33-VIII], Santos Júnior descreveu a dança dos pretos de Carviçais,

e confronta as exibições das duas localidades trasmontanas.

A. C. Pires de Lima[46] publicou a quadra seguinte, colhida em Vila Real por Esteves de Aguiar:

«Atira, meu preto, atira,
Atira, se hás-de atirar;
Atira àquele pombinho,
Que está naquele pombal.»

O Abade de Baçal[59] informa que «em 1670 roubaram a igreja de Vinha Vélha de Vila Real e o ladrão, que era um preto, foi enforcado no alto de um monte, em frente à igreja roubada, pelo que o dito sítio se ficou chamando *Monte da Fôrca*».

No *Auto do Nascimento do Menino Sagrado*, diz o P. Firminio Martins[66], entra um negro «Muleque», que vai adorar o Menino, empregando uma linguagem parecida com a dos negros dos Autos de Gil Vicente. Também entra um rei preto e o seu moço, igualmente preto.

* * *

IV

Beira

IV

BEIRA

A) Leite de Vasconcelos [3] fala de lendas de Moiras encantadas, colhidas em Mondim da Beira, Lamego, etc.

Na Ribeira da Barca (Barrô, ao pé de Lamego) aparece, em certas noites, uma Moira a pentear-se com um pente de oiro e, na Lagoa Escura, informa o ilustre etnógrafo, há o palácio de um Mouro encantado, guardado por um gato selvagem, que se desencanta com as treze palavras sagradas, ou «Oração do Anjo Custódio».

Alfredo Alves [6-II-III] colheu em Idanha-a-Nova as xácaras da cativa e das duas irmãs cativas, as quais começam do seguinte modo:

«Cativaram-me los Mouros
Entre la paz e la guerra»

.....

«Ó mouro, se fôres à caça.
Traze de lá uma cativa»

.....

Tomás Pires [6-XV] regista o ditado: «Servir como um mouro» e Joaquim da Silveira [6-XVI] diz que Adiça é o nome, de origem árabe, duma serra do concelho de Moura.

Informa ainda que Mamouros (freguesia do Concelho de Castro Daire) se chamava, no Século XIV, S. Miguel de Doma-Mouros.

Confrontem-se os têrmos *Mata-Mouros* e *Traga-Mouros*.

Já no I Capítulo desta obra mencionei a tolerância dos Árabes invasores para com os Cristãos.

O Convento de Lorvão, diz Gama Barros [8-II], manteve-se, desde a segunda metade do Século IX, mesmo durante o domínio muçulmano. A população cristã tinha o direito de propriedade durante a dominação árabe e os Cristãos tinham tribunais e juízes da sua religião, pelos quais eram julgados.

No tempo da Reconquista, era vulgar os prisioneiros de guerra muçulmanos serem, pelos Cristãos, reduzidos à servidão, diz o ilustre historiador.

Cardoso Marta [22] registou, na Figueira da Foz, os seguintes modos de dizer: «Fazer justiça de moiro»; «atira-se como S. Tiago aos moiros»; «trabalhar como um moiro»; «moirejar».

Na primeira quinzena de Janeiro, diz Cardoso Marta, em Coimbra, anda um homem,

de opa vermelha e a tocar campaínha, a pedir para os *Mártires de Marrocos*. Passam as dores de cabeça, se aquele homem pousar sôbre ela a campaínha.

Informa Luís Chaves [51] que os *Gloriosos S. S. Mártires de Marrocos* são «Protectores de Coimbra».

Diz Leite de Vasconcelos [41-I] que, ao contrário do que se julga, a *cegonha* de tirar água não é de origem arábica, mas sim romana.

Perto de Vacaria (Fornos-de-Algodres) ficam dois sítios, cujos nomes chamaram a minha atenção, informa o ilustre etnógrafo: O *Sarilho* e o *Castelo*. A ambos o povo refere lendas de Moiros.

Junto dos Forninhos há um monte chamado Castelo dos Moiros; certamente é um castro.

Na Beira Alta há o lugar da Matança, cujo nome provém de ter ali havido, em eras remotas, grande matança de Moiros.

As vélhas entidades sobrenaturais, que alguns designam por Moiras, emquanto fiavam, levavam às costas as grandes pedras com que se erigiam os dolmens.

Os Moiros atiravam os penedos das alturas para os vales e as Moiras habitam dentro das orcas (dolmens), uma das das quais é o *Cântaro da Moira*. Leite de Vasconcelos

cita a lenda do *Penedo da Moira* e do *Jôgo* onde os Moiros jogavam.

Em Lamas (Beira Alta) existem as ruínas duma tôrre chamada *do Paço*, a que se ligam lendas de Moiros, e em Douro Calvo há um pelourinho, e o «Moiro» e a «Moira».

Na Beira Baixa há um lugar chamado Alcongosta, palavra que se compõe de dois elementos: o artigo arábico *al* e *congosta*, que vem do latim *canalis angusta* (Leite de Vasconcelos[41-I]).

Em Dornas (Zézere) «à parte que se estende ao Norte do Cemitério, informa o mesmo investigador, chama o povo *O Castelo*, e liga-lhe, como em tôda a parte, lendas de Moiros»; e junto do Zézere fica a *Serra de S. Paulo*, onde se conta que viveram Moiros[41-II].

Cláudio Basto[45-VIII] regista a seguinte origem anedótica do nome de Folgosinho: «Andava o nosso primeiro rei em luta com os mouros e seguia em perseguição dêles através da Beira, quando, havendo subido a um alto monte, disse para os valentes que o acompanhavam: *Tomemos aqui um folgosinho*». Daí o nome da povoação fundada naquele sítio.

«Ao Nascente de Viseu, informa o mesmo etnógrafo, e muito perto desta cidade, há um sítio chamado Alto do Viso. Diz-se que foi

dêsse alto que os guerreiros cristãos avistaram a povoação, o que levou um dêles a dizer: Que *viso eu?* E assim chamaram à povoação».

Outra origem anedótica da toponímia portuguesa:

«Diz o povo, informa ainda Cláudio Basto[45-IX], que, andando D. Afonso Henriques em luta cerrada com os Mouros, duma vez eram tantos, que causaram mêdo aos mais valentes; mas um filho, que sempre o acompanhava na guerra, começou logo a gritar alto e bom som: *Para mil, eu*». Assim ficou designada a povoação da Senhora do Mileu, na Idanha. Há também uma lenda semelhante relativa à Senhora de Mileu, padroeira de Veiros.

Leite de Vasconcelos[64-VII] diz que, em Condeixa-a-Vélha (*Conimbriga* dos Lusitanos), aparecem moedas romanas, a que o povo chama *medalhas dos Moiros*. Confundindo a lenda de Inês de Castro, diz o povo que Condeixa é uma cidade do tempo dos moiros e que «no tempo da moirâma havia ali uma sinhora, Dôna Inâixa, Moira, que ali ficou encantada».

Lopes Dias[68-V] descreve a «Descoberta da Moura», representação popular curiosíssima, que se celebra, com grande pompa, na Aldeia do Mato (Covilhã).

* * *

B) — Não tem sido muito abundante a colheita de tradições populares judaicas na Beira, onde, aliás, houve numerosas judiarias. No começo do Século XVI, aponta Maximiano Lemos[15] as seguintes: Aveiro, Viseu, Lamego, Vimieiro, Pesqueira, Guarda, Almeida, Pinhel, Castelo-Rodrigo, Celorico, Linhares, Castelo-Branco e Bemposta.

«A figueira dá fruto sem flor *(sic)*, diz Leite de Vasconcelos[3], porque Judas se enforcou nela». O mesmo autor, em criança, ouviu dizer em Mondim da Beira que só os Judeus são capazes de desmanchar os ninhos às andorinhas.

Segundo Mesquita de Figueiredo[4-1921], em Buarcos havia muitos Judeus, entre êles o célebre Manuel Marques, que arrenegou a fé católica em terra de Mouros.

Joaquim da Silveira[6-XVI] fala do lugar de Juêus, na freguesia de Guardão (Tondela), junto do pico do Caramulo, e afirma que o nome primitivo dessa terra era Judeus.

Tomás Pires colheu na Beira Baixa a seguinte quadra[13-9723]:

«Vila Nova, Vila Nova,
Vila Nova de Fozcôa;
Se não fôssem os judeus,
Vila Nova era boa.»

António Baião[32-II] recorda a poesia «O Sonho», do físico da Guarda licenciado António Vaz, que fôra denunciado à Inquisição de Lisboa.

Luís Chaves[51] arquivou o dito satírico, já citado diversas vezes, que os rapazes lançam a quem não lhes dá as janeiras:

«Esta casa cheira a breu:
Mora aqui algum judeu.»

Lopes Dias[68-V] informa: «A população de Várzea de Cavaleiros, freguesia do concelho da Sertã, viveu, durante séculos, e até há pouco tempo, dividida em duas castas — a de *sangue negro*, a que andavam adstritas regalias e privilégios especiais, e a de *sangue vermelho*.

Há quem suponha que são vestígios da antiga distinção entre Cristãos Vélhos e Cristãos Novos.

E o mesmo etnógrafo diz-nos que «em Escalos de Baixo, as mãis têm como obrigação ir à igreja, antes que a qualquer outra parte, depois do nascimento dos filhos» e pregunta se não se tratará do costume judaico da purificação.

* * *

C) — Monteiro do Amaral [6-XI] colheu na Beira Baixa a cantiga seguinte:

«Vós chamais-me preta, preta!
Eu sou preta, bem o sei:
Também a tinta é preta
Serve na mesa a el-Rei.»

E D. Maria Furtado de Mendonça [6-XVI] registou esta na Rapa (Celorico da Beira):

«Os meus olhos são dois pretos,
Que me vieram d'Angola;
Inda não estavam cativos,
Mas cativaram-se agora.»

Esta quadra está generalizada em todo o País.

João da Silva Correia [6-XX] colheu em Espáriz (Tábua) esta variante:

«Os meus olhos são dois pretos,
Que me vieram de Angola:
Inda não foram cativos,
Cativei-os eu agora.»

Cardoso Marta e Augusto Pinto [21-I] registaram o jôgo infantil da «Negra», na Figueira

da Foz, e o primeiro daqueles investigadores[22-II] colheu, naquela cidade, os seguintes costumes populares relativos aos Negros:

«Quando avistam um negro ou negra, os rapazes troçam-nos, imitando um espirro». Como vimos, êste costume estende-se ao Norte do País.

«Pessoa preta ou amulatada
Ou muito boa, ou muito danada.»

Também se diz na Figueira da Foz: «Trabalha como um negro».

Pedro Fernandes Tomás[36] colheu na Beira a canção:

Tum, tum, arraial

Eu tinha quatro pretinhos,
Todos quatro da Guiné:
Abalaram a fugir,
Dançando o sericoté!

O sericoté, o sericoté,
Dançando o sericoté.

Tum, tum, arraial,
Tum, tum, caracol,
Tum, tum, pintassilgo,
Tum, tum, rouxinol.

Leite de Vasconcelos[41-I] recolheu a Lenda do Preto nas lagoas da Serra da Estrêla, e J. Lopes Dias[42-II • IV] registou as canções da Beira:

Tescuras

.....

Mulatinhas da Baía
Foram-se lavar ao mar;
Deixaram as águas turvas,
Sendo elas um cristal

Côro: Mé

Quando eu vim da Baía,
Quando da Baía vim,
As mulatas carinhosas
Tôdas choraram por mim.

Mé

Quando eu vim da Baía,
Lá me ficaram dez reis:
Comprei duas mulatinhas,
Cada uma por cinco reis.

Mé.

O Preto

Já vi o preto
Lá no sertão. (bis)
Jogando cartas
É um pimpão!

Real senhor, eu vou passando
Encostado à bananeira;
Diz o preto para a preta:
Está bem boa a brincadeira!

Ó preto, Ó preto,
Lá em Lisboa,
Jogando cartas
É coisa boa!

Real senhor.....
Já vi o preto,
Lá na Idanha;
Jogando cartas
Ninguém lhe ganha!

Real senhor.....
Já vi o preto
Lá em Coimbra;
Jogando cartas
É coisa linda!
Real senhor.....

(*Idanha-a-Nova*)

Mulato da China

«Eu sou mulato da China,
Mulato de enfeitiçar:
Quando chego ao pé das brancas,
Também me sei abraçar,
Também sei tocar viola,
Também me sei manear! } *(bis)*

(*Castelo Branco*)

* * *

V

Estremadura

V

ESTREMADURA

A) — À medida que se caminha para o Sul, vão rareando cada vez mais as informações escritas sôbre a influência dos Mouros, Judeus e Negros na nossa Etnografia — sinal evidente que há por êsse Portugal fora inúmeras tradições populares ainda não recolhidas.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos (6-XII) ensina-nos que a palavra *Taibo* se relaciona com o Mouro Monçaíde, que serviu de intérprete a Vasco da Gama, quando êle chegou à Índia. *Monçaide* seria o mesmo que *Bõtaibo* (taibo = bom).

José Diogo Ribeiro (6-XX) registou diversas lendas de Moiras encantadas, colhidas em Alcobaça.

Perto de Tomar, junto da ermida da Senhora de Covões, ouviu Leite de Vasconcelos (41-II) a seguinte cantiga, referente a uma lenda da remissão de cativos da Berberia:

«A Senhora dos Covões
A má'la de Rẽ de Cõuros
Foram tirar um cativo
Dentro à terra dos Mõuros...»

Perto da capela da Serra de Alvaiázere, informa o ilustre etnógrafo, há o «Muredo», dizendo o povo que êste espaço era murado no tempo dos Moiros e ali corre uma lenda acêrca duma Moira.

No Museu de Alcácer-do-Sal, diz Leite de Vasconcelos[41-II], a época árabe está apenas representada por alguns fragmentos de louça, por uma pedra com uma inscrição e por azulejos do tipo vulgarmente chamado «hispano-arábico». Perto daquela vila há o *Remôrinho* (= Rio-Mourinho). Êsse rio passa em Lapega de Cima, onde há vestígios de paredes, obra de moiros, segundo o povo.

J. Diogo Ribeiro[49-II] diz-nos que a frase popular *Tempo dos Moiros* se refere a antiguidade muito recuada, pois que aos Moiros atribue o povo tôdas as construções que apresentam grande vetustez.

* * *

B) — Segundo Maximiano Lemos[15], no comêço do Século XVI, havia as seguintes judiarias em terras estremenhas: Leiria, Santarém, Ourém, Tomar, Abrantes, Lisboa, Setúbal, Tôrres-Vedras e Monsanto.

A-pesar-de tão larga difusão hebraica, poucas referências escritas encontrei acêrca de tradições populares nesta província.

Além das que registei no I Capítulo desta obra, só tenho conhecimento do seguinte:

Sousa Viterbo[6-VII] coligiu o adagiário nas obras do «Judeu» (o escritor António José da Silva, queimado pela Inquisição em 19-X-1739), ao qual me referi largamente no Capítulo I.

José Maria Adrião[6-XXIV] registou o conhecido ditado: «Não estavam todos os Judeus na Rua Nova». Como é sabido, naquela rua lisbonense estava situada a antiga judiaria.

* * *

C) — A-pesar-da grande multidão de Negros que vieram para Lisboa e seus arredores, por ocasião das Descobertas, não são muitas as tradições populares registadas:

Consiglieri Pedroso[6-IV] colheu em Lisboa o conto: «A menina e a preta».

Tomás Pires[6-XII] arquivou esta superstição do Século XVIII: «Sonhar com pretos, e touros he casamento».

O mesmo investigador[13] recolheu as seguintes quadras na Estremadura:

«Eu corri o mar em roda,
Suspendida duma argola,
Saí daqui por Benfica,
E assim fui para Angola.» (1965)

«Estando pretinha à janela,
Passou preto pela rua:
Disse preto para a preta:
Meu coração *sari* tua.» (9389)

«Mulatinhos são barquinhos,
As crioulas são saveiros;
Em belas embarcações,
Para embarcar marinheiros.» (9391)

«Mulatinhas e crioulas
São amigas de dinheiro.
Botam cordas à janela:
Suba, suba, marinheiro.» (9392)

«Mulatinha, tu não queres
Amar ao teu queridinho;
Já não quer's ter compaixão
Dêste teu triste negrinho...» (9393)

E J. Diogo Ribeiro [50-III] acrescentou a seguinte:

«Chamaste-me trigueirinha,
Eu não o sou de nação:
Sou trigueirinha do rosto
E clara de geração.»

No Capítulo I dêste livro, tratei da colónia de Negros de Alcácer-do-Sal (pág. 57 e 58). Leite de Vasconcelos (Espécime português

de raça negra — *Boletim de Etnografia* I, Lisboa 1920) volta a falar dos *Mulatos* de Alcácer do Sal, publicando o retrato de um dêles, de S. Romão do Sado: é amulatado, cabelo e barba um pouco encarapinhados, nariz largo.

Os vizinhos chamavam dantes a esta gente *Pretos do Sado* ou *Pretos de S. Romão*. S. Romão era uma ilha de Pretos.

Cantigas ali colhidas:

«Ó Sado, ó Sado,
Ó Sado, Sadete,
Meus olhos não viram
Tanta gente preta.»

«Ó Senhor dos Mártires,
Cá da Carvalheira.
É o pai dos Pretos
de tôda a Ribeira.»

«Lavrador João,
Inda aqui 'stou eu:
Se êle é pai dos Pretos,
Também o é seu.»

«Pouco a pouco, a raça vai-se diluindo no grosso da população circunvizinha...»

Não se conhece a data em que, na Ribeira do Sado, se fixou a raça africana cujos descendentes estão diante de nós.

VI

Alentejo

VI

ALENTEJO

A) — A. Tomás Pires[6-IX] falou-nos de um documento de Elvas, de 1562, em que se trata duma parreira mourisca, e D. Maria da Conceição Dias[6-XVI] regista o conto popular do Baixo-Alentejo: «O príncipe de Argeles em Portugal».

Da copiosíssima colecção de contos populares do etnógrafo alentejano Tomás Pires[13], transcrevo os seguintes, colhidos na sua província:

«Passei pela tua porta,
Pedi-te água, não ma deste;
Nem os moiros da moirama
Faziam o que tu fizeste.» (1555)

«Meu amor é algarvio,
Passa as passinhas do Algarve;
Quando vem pró Alentejo
Vende passinhas alarves.» (3535)

«Meu amor é algarvio,
Passa as passas do Algarve;
Quando vem *ó* Alentejo,
Vem cá dar passos d'alarve.» (3536)

«Esta noite, à meia-noite,
À meia-noite seria,
Ouvi cantar meu amor
Aos cantos da Mouraria.» (4559, 8347)

«Ailé,
Lá na do Mouro,
Meu bem amado
É um cravo d'ouro.» (4687)

Ailé,
Monte do Moiro
O meu bem amado
É um cravo d'oiro.» (4995)

«Ó meu cabelo entrançado,
Penteado à mourisca;
Deixa-te amar, rapariga,
Não me sejas tão arisca.» (5003)

«Tenho *especias* de gigante,
De valente eu tenho fama:
Já briguei c'um almirante,
Já venci toda a moirâma.» (8354)

«Ailé,
Lá na Mouraria
Já te encontrei
De noite e de dia.» (9463)

«A rua da Mouraria
É comprida como as mais;
No meio tem uma tôrre
Combatida dos meus ais.» (9899)

Como vimos, a primeira quadra, mais ou menos modificada, é conhecida em todo o país.

Leite de Vasconcelos[41-II] informa que apareceram moedas arábicas de prata perto de Évora, e em Ervedal, e diz que, no Zambujal, há uma fenda em penedia granítica, chamada *Cova da Moira*.

Pregunta o grande investigador: «O Alentejano move-se sempre devagar: e como havia êle de ser ligeiro, se o corpanzil, os çafões, o chapéu de pano grosso, a manta de dobras, o cajado bucólico, a pachorra ingénita, que herdaria dos Árabes, o impedem de se mexer?»

Perto de Alandroal, diz ainda Mestre Leite de Vasconcelos, há o Cabeço do Moiro e, à porta do castelo daquela povoação, há uma inscrição, com uma sentença arábica, a qual termina assim: «Eu Mouro Calvo foi maestre de fazer este castelo de Landroal».

O primitivo assento da povoação de Vila-Boim tinha o nome de *Moçarava;* e, diz aquele investigador, «depois de ter percorrido Ouguela, dispus-me para ir, com o meu com-

panheiro, à ermida da Senhora da Euxára...» (do arábico *ech-châ-râ* = çarça, matagal).

Em Montemor-o-Novo, diz Leite de Vasconcelos[41-I], usa-se o têrmo *àlfundão* (junção do artigo arábico a um nome românico).

Estudando a iconografia dos Mouros, refere o mesmo autor (*Boletim de Etnografia*, N.º 4, Lisboa 1929):

«No brasão de Évora, em que se memora o conhecido feito histórico de Giraldo Sem-pavor, aparece o herói também como mata-Mouros, visto que lhes conquistou a cidade.»

* * *

B) — Como vamos ver, foi também copiosa a colheita de Tomás Pires[13], pelo que respeita a canções populares alentejanas relativas aos Judeus.

Não admira, porque, no comêço do Século XVI, diz Maximiano Lemos[15] que havia, no Alentejo, judiarias nas seguintes povoações: Portalegre, Elvas, Vila-Boim, Souzel, Veiros, Monforte, Alter-do-Chão, Évora, Estremoz, Évora-Monte, Portel, Monsão, Vila-Viçosa, Moura e Alvito.

«Ó meu padre Santo António,
Ó meu santinho de Deus,
Na noite do vosso dia
Se queimaram os judeus.» (554)

«A rua dos Cavaleiros
No meio tem uma cova,
Onde vão as velhas tôdas
A fazer a sinagoga.» (887)

«Pus-me a contar as estrelas
À 'squina da judiaria;
Contei nove, contei dez,
Contei onze, com Maria.» (1209)

«Mandaste-me preguntar
De que gente eu *precedia;*
Eu mandei-te de resposta:
Não sou preta, nem judia.» (6391)

«A minha nódoa de azeite
N'água corrente se lava,
Mas a tu' raça judia
Só co'a morte é que se acaba.» (8438)

«Deixaste, amor, por pobre,
E eu a ti por judeu:
Olha a diferença que vai
Do meu sangue para o teu ...» (9322)

«Ailé,
Ribeir' dos Judeus,
Que êsses teus olhos
Inda hão-de ser meus...» (Apêndice-259)

Como vimos, a penúltima quadra, com ligeiras variantes, é conhecida em diversas províncias.

Numa colecção de rifões alentejanos, que se usam ainda hoje na vila de Olivença, arquivou o «Bazar das Letras» de «A Voz» [67] o seguinte:

P'ra judeu, judeu e meio.»

* * *

C) — A única fonte que encontrei, que nos mostrasse a influência dos Negros no Alentejo, foi ainda o riquíssimo cancioneiro de Tomás Pires [13], do qual transcrevo as quadras:

«Anda cá, meu todo preto,
Meu torradinho do sol,
Quanto mais preto, mais firme,
Quanto mais firme, melhor!» (1010)

«Adeus cidad' de Luanda,
Fortaleza de penedro,
Adeus parentes e amigos,
Vou cumprir o meu degredo.» (2148)

«Chamaste-me preta, preta,
Eu sou preta, bem o sei:
Também a azeitona é preta
E vai à mesa do rei.» (3500)

«Os teus olhos são dois peixes
Que me vieram de Angola:
Inda não foram cativos,
Mas cativaram-se agora...» (3717)

«Os meus olhos são dois pretos,
Que me chegaram de fora:
De lá me vieram livres,
Cativos os tenho agora.» (4269)

«Tomei amor's c'uma preta
Com tenção de zombar dela,
E por mal dos meus pecados
Fazem-me casar com ela!» (9379)

«Tomei amor's c'uma preta,
Que até era cozinheira:
Tinha os beiços tostados
De lamber a frigideira.» (9380)

«Namorei uma mulata,
Da côr do carvão do gás;
Para ver se a punha branca
Lavei-a com água-raz.» (9381)

«Eu casei-me c'uma preta,
Pelo toucado que tinha;
Deu-lhe o vento no toucado,
Apareceu-lhe a carapinha...» (9382)

«Indo a noiva p'rà igreja,
Companhada da madrinha,
Dê-lo vento na cabeça,
Aparecê-lh'a a carapinha...» (9383)

«Indo eu para a igreja,
Com 'ma preta atrás de mim,
Todos olhavam p'ra preta,
Ninguém olhava p'ra si...» (9384)

«Ó pretinha, dá-me um beijo,
P'ra mostrar's o teu amor,
Que os beijos duma branca
É que me foram traidores.» (9385)

«O meu pai não vende a preta,
Porque a preta é coisa linda:
Emquanto a preta for noiva,
Não lhe há-de faltar a pinga...» (9386)

«*Dê* um *bêjo* numa preta,
Sôbe-me a uvas ferrais;
Inda agora estou dizendo:
Ó preta, *tomar'ê* mais...» (9388)

«Pretas, brancas e mulatas,
Solteiras, casadas, viúvas;
Garfos, facas e colheres,
Peras, maçãs e uvas.» (9394)

«O preto é *rê* dos bichos,
Emperador dos macacos;
Que protesto fez o preto
De nunca usar sapatos!» (9395)

Como vimos, têm sido registadas em diversas províncias variantes das quadras de N.os 3500, 3717, 4269 e 9395.

* * *

VII

Algarve

VII

ALGARVE

A) — José Joaquim Nunes[6-VI], nos seus «Subsídios para o romanceiro português», refere, da tradição popular do Algarve, o romance «Conde de Lamanha» (2.ª versão), a qual começa pelo verso:

«Filha del-rei de Marrocos
.....»

Leite de Vasconcelos[41-II] regista as seguintes tradições arábicas desta província:

No concelho de Redondo há uma anta a que chamam *Casa da Moira*.

E' de origem arábica o nome do rio Lucefece (Alandroal).

Na vila de Castro Verde encontram-se azulejos que representam a vida de D. Afonso Henriques (milagre de Ourique, *cabeças dos reis mouros* mortos na Batalha, etc.). A batalha ter-se-ia dado no sítio de *S. Pedro das Cabeças*. A-pesar-de ser intensa a tradição da Batalha de Ourique, Leite de Vasconcelos não acredita que ela se tenha dado ali.

Regista o ilustre etnógrafo a lenda da *Cova da Moira* e diz que, perto da Senhora

da Cola, havia a *fonte do Moinho do Sino*. Êste sino tocava na manhã de S. João, no *tempo da Moirama*.

Em *Almodóvar* há vários «indícios de Moirama»: Horta dos Moiros, Rocha da Moira, etc.

A respeito de Alcarial dos Moiros, informa que *Alcaria* é palavra arábica, que significa povoação.

Por *mina* entende o povo tesouros escondidos pelos Mouros. Perto de Mértola há «casas dos Moiros»; ali obteve Leite de Vasconcelos uma inscrição árabe e viu perto de Alcoutim «uma curiosa lucerna metálica, que deve ser da época árabe».

Esta época está representada no Museu de Faro por uma lucerna e outros espécimes cerâmicos, por algumas moedas e por lápides.

Há em Faro um arco de carácter arábico, encaixado numa parede do «Arco da Vila».

Muitas casas de Olhão tem terraços ou çoteias (açoteias) em vez de telhado, sistema arquitectónico que provem dos Árabes. Quem vê em Olhão, diz Leite de Vasconcelos, as çoteias e as mulheres com a cara oculta por biocos, cuida, de-repente, estar em terras de Árabes!

Em Alportel viu o ilustre etnógrafo uma moedinha arábica quadrada, de prata, achada nos arredores, e disseram-lhe que se conheciam outras da mesma proveniência.

Em Albufeira obteve diversas moedas arábicas e em Silves obteve uma varinha de barro, da época muçulmana. Esta época devia estar muito bem representada em Silves, onde ainda aparecem moedas e vasos quebrados.

No ilheu do Rosário também tem aparecido louça arábica.

Em Algoz comprou algumas moedas arábicas de prata, e informa que, perto de Monchique, «há uma cova redonda, como um alguidar, feita pelos Mouros».

Em Bensafrim vêem-se grandes bancadas de grés vermelho, nas quais se fizeram muitas aberturas circulares. O povo atribue tudo aos Moiros.

Abel Viana[71], que muito se tem dedicado a estudos de arqueologia e de etnografia do Algarve (cancioneiro, ruínas de Ossónoba), registou a quadra seguinte, que é conhecida em todo o país:

«Passei pela tua porta,
Pedi água, não me deste;
Nem os mouros da mourama
Faziam o que tu fizeste.» (2473)

* * *

B) — Maximiano Lemos[19] informa que, no princípio do Século XVI, havia, no Al-

garve, judiarias nas terras seguintes: Faro, Loulé, Lagos, Silves, Alvor e Alcoutim. A-pesar-disso, não encontrei registadas quaisquer tradições judaicas relativas a essa província.

* * *

C) — Abel Viana [71] inscreve a quadra seguinte no seu *Folclore algarvio:*

«Da laranja quero um gomo,
Do limão quero um pedaço,
Da criada quero um beijo,
Da mulata quero um abraço.» (432)

Não foi minha tenção ocupar-me das tradições de fora do Continente português. A-pesar-disso, arquivarei estas duas quadras do «Cancioneiro da Madeira», de U. Canuto Soares [6-XVII]:

«O preto vai na tumba
C'o seu dente arreganhado;
Padre cura vai dizendo:
Saca fora, cão danado!»

«Eu vou por aqui abaixo
Tocando no meu *rajão* (*),
Fazendo fosquinhas
Ao preto João.»

(*) Instrumento musical de cinco cordas.

VIII

Conclusões

VIII
CONCLUSÕES

Como acontece com as outras nações europeias, não constituem os Portugueses uma unidade étnica perfeita, pois foram muito numerosas e muito complexas as mesclas de povos no nosso território.

Não há dúvida que o nosso fundo étnico provém dos Lusitanos, dos Romanos e dos Germânicos; mas onde quer se topam indícios de influências estranhas. As ideias fatalistas do nosso povo derivaram da alma dos Árabes, que deixaram aqui tantas mouras encantadas; onde quer se notam sobrevivências judaicas no espírito mercantil e usurário de tantos Portugueses; e o abominável fado, que muitos consideram indevidamente como a mais típica das canções nacionais, provém certamente da triste música dos escravos negros, que herdamos das Descobertas.

Com grande exagêro, tem sido Portugal acusado, sobretudo por alemães, de albergar um povo inferior, de carácter acentuadamente negróide.

Mendes Correia [74] refuta calorosamente essas ideias numa obra recente, na qual inclue

uma conferência pronunciada em 1936 e que fôra publicada no «Boletim da Junta Geral do distrito de Santarém», N.º 43.

«Por mais repetidas e importantes que tenham sido as infiltrações africanas na Península em tempos históricos, diz Mendes Correia, elas não deram à nossa população uma fisionomia distinta da dos Europeus em geral. Não há portanto motivo para as susceptibilidades a que nos referimos, ao falarmos também de análogas infiltrações nos tempos ante-históricos. A verdade é que, nem umas nem outras deixaram sinais profundos na morfologia da população actual».

O problema da pureza das raças está preocupando muito as diversas nações, sobretudo aquelas que possuem colónias.

Sôbre as raças africanas e a possibilidade de as trazer eficazmente à civilização europeia, há duas tendências opostas: uma que admite e outra que nega tal sibposilidade.

Depois da Grande Guerra, principalmente os Alemães e os Italianos, dedicaram-se a profundos estudos de antropologia e etnologia, chegando aqueles a conclusões, que me parecem exageradas e que levaram a Alemanha a tomar providências tão violentas, contra os indivíduos de raças exóticas, que chegaram à lei da esterilização sexual.

Para os Italianos, diz Lídio Cipriani [65]

fixou-se que as raças de côr africanas são de uma inferioridade irredutível, ligada a causas biológicas, e transmissível de geração em geração.

E' preciso, diz Cipriani, evitar a mistura de sangue com raças inferiores. As raças negras, incapazes de progresso, estão tão atrasadas como no tempo em que lá chegaram os primeiros europeus.

E' uma utopia pensar que podem criar-se em África estados negros, com exércitos de terra e mar, tribunais, universidades e oficinas, como na Europa.

Já houve em África grandes estados, que se tinham desmoronado antes da conquista europeia (Benomotapa, Zimbàbué). A êle se refere o nosso Camões[44]:

> «Vê do Benomotapa o grande império,
> De selvática gente, negra e nua;
> Onde Gonçalo morte e vitupério
> Padecerá, pela Fé Santa sua».
> (*Lusíadas, X*)

Este império ficou reduzido a ruínas, diz o antropologista italiano, por ter sido invadido por uma raça inferior, com a qual os habitantes misturaram o sangue.

Talvez por idêntico motivo, desaparecessem os primitivos impérios do Egito, de Cartago e da Abissínia.

Alguns Negros, diz Cipriani, podem fazer cursos universitários, e tôdas as raças podem receber a nossa cultura. O que não podem é fazê-la progredir, pois o progresso é obra das raças superiores, ou até, às vezes, de um só homem, com qualidades de inovador. Tais homens só podem surgir no seio das raças superiores, que nunca devem realizar cruzamentos com as raças inferiores.

As civilizações desaparecidas devem a sua ruína ao facto de não terem acautelado a pureza da raça. Os Bochimanes destruíram a civilização de Benomotapa, da qual ainda se vêem grandiosos vestígios na Rodésia.

Ataca o ilustre antropologista italiano certos países, que não vêem o perigo da invasão do sangue negro, êrro que reputa gravíssimo.

Deverão introduzir-se na África os métodos europeus de higiene e de assistência, e deve fazer-se dos Negros nossos modestos auxiliares, sem que lhes criemos a veleidade de futura independência. Os Negros devem ficar na África, mantendo-se, na Metrópole das nações coloniais, a pureza da raça, e impedindo a mestiçagem.

Portugal, a mais antiga das nações coloniais, não se livrou de cometer muitos daqueles êrros, mas a nossa legislação actual é sôbremaneira sábia e prudente.

O Acto Colonial[70] assim legisla, nos seus Artigos 2.°, 15.° e 22.°:

«E' da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, visando também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.

O estado garante a protecção e defesa dos indígenas das colónias, conforme os princípios de humanidade e soberania.

As autoridades coloniais impedirão e castigarão conforme a lei todos os abusos contra a pessoa e bens dos indígenas.

Nas colónias atender-se-á ao estado de evolução dos povos nativos, havendo estatutos especiais dos indígenas, que estabeleçam para êstes, sob a influência do direito público e privado português, regimes jurídicos de contemporização com os usos e costumes individuais, domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral e os ditames da humanidade».

* * *

Bibliografia

BIBLIOGRAFIA

1 Manuscrito N.º 227 da Biblioteca Municipal do Pôrto... Título dos Judeus que se batizarão em pé na Vila de Barcellos no anno de *1497*.

2) 1880 «O Pantheon», Pôrto.

3) 1882 — *Leite de Vasconcelos* — Tradições populares de Portugal — Pôrto.

4) 1884-1938 — *Revista de Guimarães*.

5) S. D. — *Camilo Castelo Branco* — O Judeu, romance histórico I—II «Colecção Camilo Castelo Branco» — Lisboa.

6) 1887-1939 — *Revista Lusitana*.

7) 1895 — *Mendes dos Remédios* — Os judeus em Portugal — Coimbra.

8) 1896-1922 — *Gama Barros* — História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV, T. II, III e IV — Lisboa.

9) 1897 — *Ricardo Jorge* — Origem e desenvolvimento da população do Pôrto — Notas históricas e estatísticas — Pôrto.

10) 1900 — *Abílio Monteiro* — Poesias e canções populares do concelho da Maia — Pôrto.

11) 1900-1908 — *Portvgalia* — Pôrto.

12) 1902 — *Alberto Pimentel* — Santo Thyrso de Riba d'Ave — Santo Tirso.

13) 1902-1910 — *Tomás Pires* — Contos populares portugueses — Elvas.

14) 1906 — *Leite de Vasconcelos* — Ensaios etnográficos III — Lisboa.

15) 1907 — *Maximiano Lemos* — Amato Lusitano — A sua vida e a sua obra — Pôrto.

16) 1907-1914 — Obras de *Gil Vicente* — ed. de *Mendes dos Remédios* — Coimbra.

17) 1908-1931 — *O Tripeiro* — Pôrto.

18) 1908 — *Abílio Monteiro* — O carácter revelado — Pôrto.

19) 1910 — *Leite de Vasconcelos* — Ensaios etnográficos IV — Lisboa.

20) 1911 — *Leite de Vasconcelos* — Ensaios etnográficos I, 2.ª ed. — Espôsende.

21) 1911 — *Cardoso Marta* e *Augusto Pinto* — Folclore da Figueira-da-Foz I — Espòsende.

22) 1912 — *Cardoso Marta* e *Augusto Pinto* — Folclore da Figueira-da-Foz II — Espòsende.

23) 1913 — *Lúcio de Azevedo* — Estudos para a história dos Cristãos-Novos em Portugal *(Revista de História,* II).

24) 1914 — *Lúcio de Azevedo* — Cristãos-Novos IV *(Revista de História,* III).

25) 1914-1916 — *Alexandre Herculano* — História de Portugal 7ª ed. — Lisboa.

26) 1915 — *Lúcio de Azevedo* — Judeus portugueses na dispersão *(Revista de História,* IV).

27) 1915-1921 — *A. C. Pires de Lima* — Tradições populares de Santo Tirso *(Revista Lusitana,* XVIII, XIX, XX).

28) 1916 — *Bento Carqueja* — O povo português — Pôrto.

29) 1916 — *Gomes Pereira* — Tradições populares, linguagem e toponímia de Barcelos — Espòsende.

30) 1917 — *José da Silva Vieira* — Cancioneiro minhoto, I — Espòsende.

31) 1917 — *Garcia de Rèsende* — Miscelânea e variedade de História, ed. de *Mendes dos Remédios* — Coimbra.

32) 1917-1924 — «Lusa» I — IV

33) 1919-1939 — Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia — Pôrto.

34) 1921 — *Lúcio de Azevedo* — História dos Cristãos-Novos Portugueses — Lisboa.

35) 1922-1925 — *J. A. Pires de Lima* — Tradições portuguesas de origem possìvelmente muçulmana (*Rev. de Guimarães* e «*Colecção Silva Vieira*») — Guimarães, Espòsende.

36) 1923 — *Pedro Fernandes Tomás* — Canções populares da Beira — Coimbra.

37) 1924 — *Mendes Correia* — Os povos primitivos da Lusitânia — Pôrto.

38) 1925 — *Francisco Manuel Alves*—(Reitor do Baçal)—Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança. V - Os judeus no distrito de Bragança — Bragança.

39) 1926 — *Damião de Gois* — Crónica do felicíssimo Rei D. Manuel — Coimbra.

40) 1927 — *Fortunato de Almeida*—História de Portugal V—Coimbra.

41) 1927 — *Leite de Vasconcelos* — De terra em terra I-II — Lisboa.

42) 1927 — *Jaime Lopes Dias*—Etnografia da Beira II—Famalicão.

43) 1928 — *Leite de Vasconcelos* — Antroponímia portuguesa — Lisboa.

44) 1928 — Os Lusíadas de *Luís de Camões*, ed. de *A. Lopes Vieira* e *José M. Rodrigues* — Lisboa.

45) 1928-1939 — *Portvcale* I-XII — Pôrto.

46) 1928 — *A. C. Pires de Lima*—Cancioneiro popular de Vila Real (colhido por *Esteves de Aguiar*) — Pôrto.

47) 1928 — *P. Firmino A. Martins* - Folclore do Concelho de Vinhais — Coimbra.

48) 1928 — *Afonso do Paço* — Cancioneiro de Viana-do-Castelo — Braga.

49) 1928 — *J. Diogo Ribeiro* — Turquel folclórico — Espòsende.

50) 1931 — *J. Diogo Ribeiro* — Turquel folclórico—III—Espòsende.

51) 1932 — *Luís Chaves* — Portugal àlém — I — Gaia.

52) 1932 — *Fernanda de Matos Cunha* — Notas etnográficas sôbre Barcelos — Pôrto.

52) 1932 — Lírica de *Camões* (ed. de *J. M. Rodrigues e A. Lopes Vieira*) — Coimbra.

53) 1932 — *Santos Graça* — O Pòveiro — Póvoa de Varzim.

54) 1934 — *Reitor do Baçal* — Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança — IX — Pôrto.

55) 1934 — *Edgar Prestage* — Descobridores portugueses (versão portug. de *F. E. Baptista*) — Pôrto.

56) 1934 — *Pedro Fernandes Tomás* — Canções portuguesas (do Século XVIII à Actualidade) — Coimbra.
57) 1934 — *Abel Viana* — Dança do rancho de Carreço (*Arquivo de Viana-do-Castelo*, I).
58) 1934 — *Francisco Manuel Alves* — Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança — X.
59) 1936 — *Alfredo Pimenta* — D. João III — Pôrto.
60) 1936 — *Leite de Vasconcelos* — Etnografia portuguesa — II — Lisboa.
61) 1937 — *Jaime Lopes Dias* — Etnografia da Beira — IV — Lisboa.
62) 1937 — *F. C. Pires de Lima* — Cantares do Minho — Cancioneiro popular — Barcelos.
63) 1938 — *Leite de Vasconcelos* — Opúsculos — V e VII — Lisboa.
64) 1938 — *Lidio Cipriani* — Razze africane e civiltà dell'Europa (*Reale Accademia d'Italia* — VIII Convegno «Volta») — Roma.
65) 1938 — *Firmino A. Martins* — Folclore do Concelho de Vinhais II — Lisboa.
66) 1939 (13-X) — Rifões alentejanos — Achegas e variantes que usa e conserva a vila de Olivença (Bazar das Letras, das Ciências, das Artes) — «A Voz» — Lisboa.
67) 1939 — *Jaime Lopes Dias* — Etnografia da Beira V — Pôrto.
68) 1939 — *P. Agostinho de Azevedo* — A terra da Maia I — Pôrto.
69) 1939 — Constituição Política da República Portuguesa — Acto colonial — Lisboa.
70) 1939 — 1940 — *Abel Viana* — Folclore algarvio «Diário do Alentejo» — Beja.
71) 1940 — *Afonso Lopes Vieira* — A Paixão de Pedro o Cru — Lisboa.
72) 1940 — *A. C. Pires de Lima* — A freguesia de S. Tiago de Areias do Concelho de Santo Tirso («Douro Litoral», I) — Pôrto.
73) 1940 — *A. A. Mendes Correia* — Da raça e do espírito — Pôrto.

Índice

ÍNDICE

		Págs.
Prefácio		9
I	Mouros, Judeus e Negros	13
II	Entre-Douro-e-Minho A)	71
	B)	84
	C)	97
III	Trás-os-Montes A)	105
	B)	112
	C)	122
IV	Beira A)	127
	B)	132
	C)	134
V	Estremadura A)	141
	B)	142
	C)	143
VI	Alentejo A)	149
	B)	152
	C)	154
VII	Algarve A)	161
	B)	163
	C)	164
VIII	Conclusões	167
	Bibliografia	175

ERRATA

Pág.	Linha	Onde se lê:	Deve ler-se:
15	12	outros	certos
39	19	lograria	lograriam
52	15	nossos	nouos
57	20	principlamente	principalmente
58	17	Pretos	Pretas
82	18	apresentarão	representarão

Êste livro acabou de se imprimir
em 20 de Maio de 1940, na
Tipografia Domingos de Oliveira,
C. Mârt. da Pátria, 144-A — Pôrto